



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÓMICAS BRASIL X PORTUGAL

O SETOR AGROALIMENTAR

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Aluna: Grasielle Oliveira Esposito

Orientador: Professor Doutor Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira

Número da aluna: 30002507

Julho de 2021

Lisboa

DEDICATÓRIA

À minha filha Laura, fonte inesgotável de inspiração, à minha mãe Maria Aparecida pelo exemplo de resiliência e ao meu saudoso irmão Giovani Esposito que partiu desse plano espiritual em virtude da Covid-19 que assola o planeta e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela vida, pela oportunidade de recomeço, pela força que ele me concede, por ser eu refúgio e meu guia.

Agradeço aos professores do curso, que foram fundamentais para a minha formação acadêmica e para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Renato Telo de Freitas Barbosa Pereira, suas orientações, incentivos e conhecimentos foram imprescindíveis para a minha formação como pesquisadora e para a realização desse projeto

Agradeço a Universidade Autônoma de Lisboa que abriu suas portas para que eu pudesse dedicar tempo e energia em busca de conhecimento.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando meus sonhos e incentivando meus estudos. Sem a paciência, amor, carinho e suporte dessas pessoas tão preciosas, não seria possível concluir esse importante passo em minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso, que foram parceiros em muitos momentos durante essa jornada. A troca de experiências, os conselhos e a generosidade tornaram o caminho mais bonito e enriquecedor.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

A sociedade tem passando por mudanças, principalmente nas últimas décadas e, em particular neste ano de 2020, diante da pandemia que impactou, negativamente, o mundo todo. Hábitos de vida modificáveis, costumes, cultura e dentre as mais evidentes, encontram-se as alterações envolvendo a questão alimentar. O setor agroalimentar, tem sido frequentemente impactado por diversos fatores, como mudança climática, desmatamento, desvio de cursos hídricos, uso excessivo de agrotóxicos. O Brasil é apontado como um dos maiores usuários de produtos químicos, tais como o Acetato e a Atrazina nas culturas de maneira geral. Já Portugal, tem repensado a utilização desses produtos, o que tem influenciado positivamente no setor do agroalimentar. Em linhas gerais, essas mudanças se devem, em grande parte, ao processo de globalização, impulsionadas pelo avanço das tecnologias, disponíveis para este setor. Este estudo, trata-se de uma revisão de literatura de cunho descritivo qualitativo, com objetivo de avaliar as relações políticas e econômicas entre Brasil e Portugal, no setor agroalimentar. Tal revisão possibilitou a constituição do quadro teórico, do conjunto de definições, princípios, categorias, dentre outros, relativos a essas relações. Percebe-se que o setor agroalimentar representa uma porcentagem da economia mundial e, mudanças nesse setor afetam, portanto, a conjuntura econômica global. Nesse cenário, Brasil e Portugal, mantêm uma boa relação e, ambos seguem no mercado internacional, ressaltando que o Brasil dispõe de um Sistema de Abastecimento Agroalimentar (SAAB). No entanto, Brasil e Portugal, cada qual com suas especificidades climáticas, geográficas, sociais e econômicas, enfrentam desafios no setor do agroalimentar. Alternativas de produções sustentáveis têm surgido em todo mundo, incluindo os citados países. Outra questão que se faz presente é a segurança alimentar, uma preocupação global, diante do uso irracional dos recursos naturais. Por outro lado, a percepção que se tem, ressaltados os impactos negativos neste ano de 2020, promovidos por uma pandemia sem precedentes, é que o setor agroalimentar, tanto no Brasil quanto em Portugal, começa a assumir novas posturas para a produção de alimentos.

Palavras chave: Setor Agroalimentar. Relações internacionais. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Society has gone through changes, mainly in the last decades and, in particular this year 2020, against the negative impact of the pandemic worldwide. Modifiable life habits, customs, culture and, among the most evident, there are changes involving the food issue. The agrifood sector has often been impacted by several factors, such as climate change, deforestation, diversion of water courses and excessive use of pesticides. Brazil is identified as one of the biggest users of chemical products, such as Acetate and Atrazine in crops in general. Portugal, on the other hand, has been rethinking the use of these products, which has had a positive influence on the agrifood sector. In general, these changes are due, in large part, to the globalization process, driven by the advancement of technologies available for this sector. This study is a literature review of a qualitative descriptive nature, with the aim of evaluating the political and economic relations between Brazil and Portugal in the agrifood sector. This review enabled the constitution of the theoretical framework, the set of definitions, principles, categories, among others, related to these relationships. It is noticed that the agrifood sector represents a percentage of the world economy and, changes in this sector affect, therefore, the global economic situation. In this scenario, Brazil and Portugal maintain a good relationship and both continue in the international market, noting that Brazil has an Agrifood Supply System (SAAB). However, Brazil and Portugal, each with its climatic, geographic, social and economic specificities, face challenges in the agrifood sector. Alternatives for sustainable production have emerged all over the world, including the aforementioned countries. Another issue that is present is food security, a global concern, given the irrational use of natural resources. On the other hand, the perception that exists, except for the negative impacts this year 2020, promoted by an unprecedented pandemic, is that the agri-food sector, both in Brazil and in Portugal, is beginning to assume new positions for food production.

Keywords: Agrifood sector, International relations, Development.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Acordo sobre Agricultura
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BRICS	Brasil, Rússia, Índia. China e África do Sul
CEE	Comunidade Económica Europeia
COVID	<i>Coronavirus Disease</i>
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICMS	Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
IBSA	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OIs	Organizações Internacionais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBM	Plano Brasil Maior
PIB	Produto Interno Bruto
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
RI	Relações Internacionais
SAAG	Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global
UE	União Europeia
USP	Universidade de São Paulo
VAB	Valor Acrescentado Bruto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Limites máximos de resíduos de agrotóxicos aceitos no Brasil e na UE.....	50
Tabela 2 - Limite máximo de resíduos tóxicos em água potável (UG/L).....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematização da estrutura do SAAG (instituições e principais dimensões)	32
Figura 2 - Organograma simplificado do sistema de abastecimento agroalimentar local (SAAL). Entidades brasileiras mais destacadas Erro! Indicador não definido.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA.....	16
1.1 Relações internacionais	16
1.1.1 Liberalismo	17
1.1.2 Institucionalismo (Neoliberalismo)	21
1.1.3 Realismo	22
1.1.4 Construtivismo Social.....	23
1.2 Política externa	25
CAPÍTULO 2 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR GLOBAL.....	30
2.1 Setor agroalimentar Brasil e Portugal.....	33
2.1.1 O setor agroalimentar em Portugal	34
2.1.2 O setor agroalimentar: Brasil.....	38
CAPÍTULO 3 – SEGURANÇA ALIMENTAR NO SISTEMA AGROALIMENTAR	42
3.1 Uso de agrotóxico: ameaça à segurança alimentar	49
CAPÍTULO 4 – CONTEXTO INTERNACIONAL: BRASIL-PORTUGAL – ACORDO UE – MERCOSUL	54
4.1 Acordo União Europeia e MERCOSUL	54
4.2 Brasil.....	57
4.3 Portugal.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

INTRODUÇÃO

O mundo está em franca mudança, no tocante a problematizações relativas à relação entre a dimensão ambiental, segurança alimentar, natureza, mercado e políticas externas, notadamente nas últimas décadas. Diversos acontecimentos ocorridos mais recentemente, têm despertado a percepção de que, cada vez menos, a realidade social, política e econômica pode ser de fácil compreensão. Em consequência, parece se tornar inegável, que os fatos do mundo contemporâneo deixem de oferecer elementos suficientemente claros para mostrar aos indivíduos e às comunidades como reagir diante de novos desafios e novas situações (CASTRO, 2005).

No entanto, também parece inegável que a vida em sociedade esteja cada vez mais relacionada aos eventos que fogem ao controle de processos (des)conhecidos. Já não se pode mais ignorar que as condições do mundo mudaram, após algumas décadas de relativa estabilidade, a notar após a Guerra Fria¹. Essa estabilidade, não significava ausência de conflito, ou seja, dizer que as condições mudaram significa entender a concepção de sistema como um processo que se constitui por meio de mudanças cumulativas e novas características que foram se avolumando e que, recentemente se tornam mais perceptíveis, da mesma forma, que a bipolarização passou a ser mais perceptível quando da explosão do primeiro artefato nuclear em 1949, embora já fosse uma realidade desde o fim da Segunda Guerra (CRUZ JUNIOR, 2008). Essa percepção das mudanças faz com que a sensação de estabilidade diminua.

Isso se dá, pois a todo momento, recebemos uma gama de informações, seja pelas redes sociais digitais, presentes nas plataformas virtuais, jornais, dentre outras mídias, sobre acontecimentos do mundo, como guerras, pandemias, aquecimento global, contaminação de solo, crises governamentais, econômicas, políticas internacionais em crises, desigualdades sociais, democracias ameaçadas. Entre tantas outras notícias, igualmente desagradáveis, uma vez que destacam problemas que necessitam de soluções e que afetam diversas nações. Para dar conta dessa realidade, a busca pelo conhecimento humano ganha cada vez mais espaço e centralidade no Brasil e no mundo, sobretudo os conhecimentos sobre as Relações Internacionais.

¹ O termo foi considerado no presente trabalho para além do conflito ideológico militar entre Capitalismo e Socialismo liderados pelas potências EUA e URSS respectivamente. A Guerra Fria é aqui compreendida como destacado por Raymond Aron, como um momento em que a guerra era improvável, mas paz impossível. Para um aprofundamento ver: ARRAES, M. A. M. S. **Tramas do olhar: americanismo, Guerra Fria e a emergência de um novo regime visual no Brasil entre 1945 e 1964**. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Um dos pontos importantes nas últimas décadas, considerando todos os acontecimentos, e que envolvem as Relações Internacionais, é a questão alimentar, amplamente discutida no mundo contemporâneo. Isto pois, durante séculos, a saber desde o início das primeiras civilizações, os predecessores do Homem e seus descendentes, vagaram, “perscrutando a face da terra, em busca de alimento”, deixando um legado filogenético de experiências, o qual não se pode desprezar, relativo ao cultivo de cereais e, até mesmo de condimentos (GIACOMETTI, 1989).

E, assim, por muitos séculos o Homem vem tirando seu sustento, basicamente da terra. No entanto, apesar dessa proximidade e convivência com a Natureza, os últimos séculos têm demonstrado e apresentado um cenário diverso. O Homem, “civilizado, moderno”², gradativamente tem se distanciado dessa relação, que naturalmente, fazia (e faz) parte de seu sustento, porém, essa relação (Homem-Natureza) se transformou, por necessidades, do próprio Homem, que transcenderam os limites do Ego³ dos indivíduos, alcançando cifras inimagináveis de “famintos” no planeta no último século, sem considerar o grande número de crianças e adultos desnutridos, outros vitimados pela obesidade (desordem nutricional), dentre outras disfunções alimentares. Paralelo a isso, acrescentam-se os impactos negativos ocorridos na Natureza, a tal ponto, que culminou em mudanças climáticas “por inequívocas razões antropogênicas” (LEÓN, 2018).

Nesse sentido, a intenção no presente estudo, foi discorrer sobre as relações políticas e econômicas entre Brasil e Portugal, com ênfase no setor agroalimentar. O desafio de estruturar uma governança ambiental com sustentabilidade, notadamente, no setor agroalimentar internacional, que vem se estruturando e se modelando, na indústria e no comércio, e, conseqüentemente, reformulando a economia em diversos países, dentre eles, Brasil e Portugal.

Em linhas gerais, essas mudanças se devem, em grande parte, ao processo de globalização, impulsionadas pela tecnologia, por “redes internacionais formadas por empresas multinacionais que transcendem fronteiras, identidades e interesses nacionais” (CASTELLS,

² Esse conceito é entendido como abordado por Freud, para quem, em nome de um projeto civilizatório o homem fere a autenticidade dos valores da vida, vivendo continuamente mergulhado numa incômoda condição. Ou seja, a partir da modernidade, em nome da proteção contra ameaças de qualquer tipo, os indivíduos passaram a sacrificar a liberdade, convertendo prazer por culpa e o acúmulo passa a fazer parte da economia europeia, posteriormente imposta pela colonização aos demais continentes. Para um aprofundamento sobre o conceito ver: NASCIMENTO, M. L. do. **Do mal-estar em Freud ao mal-estar em Bauman**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

³ É o ponto nodal de entrecruzamento de pulsão e alteridade entre o interno e externo, do psíquico e do corporal. Para um aprofundamento ver: MAIA, G. D. C. S. **A questão do ego em Freud: uma instância de fronteiras?** 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

2000), englobando o setor agroalimentar em arranjos produtivos globais, regionais e locais de produtos e mercadorias, conectando regiões em redes de produção e consumo global (BONANNO, 2003; SANTOS, 2011).

Em meio a evolução do setor agroalimentar, acordos internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade estão voltados para os interesses comuns envolvidos na gestão de recursos naturais entre diversos países, neste estudo, privilegiou-se os realizados entre Brasil e Portugal.

Nas últimas décadas, houve uma proliferação de acordos, envolvendo a temática ambiental, o que tornou esta, a segunda área com maior número de acordos internacionais no mundo, atrás apenas do comércio internacional, um indicativo da crescente importância dada ao tema ambiental Internacionalmente.

Com base no exposto, algumas perguntas formuladas norteiam este estudo: 1) Quais os padrões de industrialização agroalimentar e governança ambiental adotadas por Brasil e Portugal? 2) O uso de agrotóxicos por esses países impacta negativamente no setor agroalimentar? 3) Quais as estratégias usadas por Portugal e Brasil na redução do uso de agrotóxicos na agricultura?

Diante das dificuldades de avaliação do comportamento humano e político em relação à preservação do meio ambiente advindos do fato de que o modelo econômico tradicional, muitas vezes, vê a sustentabilidade como oposta ao desenvolvimento econômico (FARIAS, 2019), considera-se a necessidade de aplicabilidade de instrumentos e mecanismos para a resolução de eventuais problemas/entraves para os avanços pretendidos sobre o setor agroalimentar, nos seguintes aspectos: uma primeira hipótese consiste em configurar o setor agroalimentar no mercado internacional dentro dos padrões de sustentabilidade; e, uma segunda hipótese centra-se em uma governança efetiva do meio ambiente por todos os países signatários de acordos ambientais internacionais, notadamente Brasil e Portugal, para que se possa reduzir o uso de agrotóxicos na agricultura de maneira geral.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de cunho descritivo qualitativo, com objetivo de avaliar as relações políticas e econômicas entre Brasil e Portugal, no setor agroalimentar. Tal revisão possibilitou a constituição do quadro teórico, do conjunto de definições, princípios, categorias, dentre outros, relativos a essas relações

Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2010, p. 29-31) explica que “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Quanto à pesquisa documental, diz que “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas [...] recomenda que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização”.

Nesse mesmo sentido, Michaliszyn e Tomasini (2008, p. 51), entendem que esses tipos de pesquisas (bibliográfica e documental), são “desenvolvidas a partir de referências teóricas que apareçam em livros, artigos, documentos [...]”. Além desses autores mencionados, Júnior (2009, p. 49) se referindo às fontes eletrônicas, diz que a pesquisa bibliográfica “é o tipo de pesquisa na qual o pesquisador busca em fontes impressas ou eletrônicas (internet), ou na literatura cinza, as informações que necessita para desenvolver uma determinada teoria”.

A coleta de dados foi realizada em bases de dados como, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); na biblioteca virtual, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), além de artigos, livros e revistas, acrescidos de informações colhidas em trabalhos já produzidos sobre o tema, cujos dados foram levantados também em acesso online.

Os critérios de inclusão das produções para comporem este trabalho foram:

- documentos na língua portuguesa e inglesa;
- artigos em periódicos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, capítulos de livros, anais de encontros, seminários e congressos científicos e portais de autoridades na temática;
- documentos oficiais disponíveis nos portais;
- e que se aproximem aos objetivos desta pesquisa.

Os critérios de exclusão definidos foram: pré-projetos de pesquisa e publicações que não tratavam da temática. Após a amostragem, com as informações compiladas, a análise e interpretação dos dados, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 167), são de fundamental importância no estudo, “constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa”. Essa análise de dados ocorre em três fases: a interpretação das variáveis do fenômeno e suas relações; a explicação sobre a origem das variáveis; e a especificação da validade da relação entre as variáveis. No caso da presente pesquisa, as variáveis são aquelas relacionadas às Relações Internacionais no que tange a produção agroalimentar.

No caso da interpretação das informações, a busca pelo significado das mensagens encontradas na amostragem servirá de apoio para a construção de modelos e esquemas que elucidem a relação entre as variáveis baseados no referencial teórico e nas pesquisas mais recentes sobre a temática que suportam este estudo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Justificativa

Os Estados desempenham um papel de suma importância em todos os setores da sociedade, notadamente no setor agroalimentar, uma vez que é, a partir deles, que são criados e/ou desfeitos os elos políticos, internos (sociedade civil e empresas) e externos (entre Estados membros) (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

Em se tratando do setor agroalimentar, as empresas, por sua vez, desenvolvem tecnologias que determinam, em grande parte, modelos de produção de alimentos. No mercado global, Brasil e Portugal se mostram em diferentes perspectivas, dadas as suas peculiaridades regionais, no que se refere à produção e distribuição de alimentos.

Neste estudo, Léon (2018, p. 4), corrobora com nosso pressuposto, quando afirma que, “Estado e Mercado não se apresentam como variáveis excludentes” no sistema agroalimentar, ao contrário, “são complementares, na medida em que as ações, princípios e políticas de ambas as instituições convergem nos interesses de uma racionalidade comum, pautada no crescimento econômico.”

Paralelo a isso, não se pode desconsiderar a necessidade de se estabelecer políticas públicas (externas e internas) sobre a segurança alimentar, impondo regras e normas quanto ao uso de agrotóxicos, como também a produção e a distribuição de alimentos de maneira equânime, uma vez que o artigo XXV da Declaração dos Direitos Humanos (DUDH) coloca a alimentação como parte de um padrão de vida inalienável ao indivíduos (ONU, 1948) .

Nesse contexto, abordamos as relações entre Brasil e Portugal, tecendo um paralelo entre os dois países quanto ao sistema agroalimentar, a partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva, mas também espacial e teórica, tanto quanto exaustiva, dada à complexidade política, social, ambiental e econômica do tema.

Por esta razão, entendemos que o tema ora tratado, constitui-se numa produção bibliográfica, visando promover uma discussão, e, principalmente uma reflexão, sobre as Relações Internacionais e Políticas Externas entre Brasil e Portugal, notadamente sobre setor agroalimentar de vital importância, não apenas para esses países, como também para o mundo

todo. Portanto, acreditamos ser este um tema de relevância e pertinência, neste momento, mesmo sabendo que este estudo demanda pesquisas mais aprofundadas, com respostas mais assertivas, a discussão e levantamento sobre o que se tem feito pode pautar esse aprofundamento

Estruturação da dissertação

Este estudo foi desenvolvido em capítulos distribuídos em Introdução, apresentando um “desenho” do mesmo, descrevendo a metodologia utilizada, a justificativa e sua relevância, bem como a estruturação do mesmo. No capítulo 1, foi realizado um enquadramento teórico, englobando as Relações Internacionais e Política Externa, teorias do Liberalismo, Institucionalismo (Neoliberalismo), Construtivismo Social.

No capítulo 2, foi elucidado o contexto internacional: Brasil-Portugal, separadamente, dissertou-se sobre cada um deles. No capítulo 3, tratou-se sobre o sistema de abastecimento agroalimentar global, e o de Brasil e Portugal. No capítulo 4, sobre a segurança alimentar no sistema agroalimentar, dada a sua relevância, no contexto mundial, o uso de agrotóxicos e sua relação com a ameaça à segurança alimentar. Por fim, algumas considerações sobre o tema ora abordado findam o presente trabalho.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

1.1 Relações internacionais

O fim da Guerra Fria e a subsequente dissolução da União Soviética resultaram em um novo sistema internacional uni-multipolar⁴ que apresentou novos desafios à teoria das Relações Internacionais. Desde o Iluminismo, os estudiosos especulam que os padrões de cooperação e conflito podem estar sistematicamente relacionados à maneira pela qual o poder é distribuído entre os Estados. A maior parte do que se sabe sobre essa relação, no entanto, é baseada em experiências europeias entre os séculos XVII e XX, quando cinco ou mais estados poderosos dominaram as Relações Internacionais (RI), e o último século XX, quando duas superpotências o fizeram.

RI, enquanto disciplina, não possui um conceito unívoco, e sim diferentes orientações teóricas. Segundo Mendes (2019, p. 95), “não há muito tempo, ainda se questionava a possibilidade de as Relações Internacionais produzirem teorias que explicassem o mundo.” Atualmente, pode-se dizer que, as RI produziram um conjunto de teorias, dentre elas, destacam-se, o Liberalismo (Escola Liberal); o Institucionalismo; o Realismo; a Escola Inglesa (MENDES, 2014); as Teorias Críticas e o Construtivismo, as quais trouxeram importantes contribuições para explicar *what makes the world hang together*, (o que faz o mundo ficar junto, tradução livre) (RUGGIE, 1998).

No entanto, sem desprezar as demais teorias, optou-se por enfatizar o Liberalismo, uma vez que teve grande espaço na disciplina de Relações Internacionais (RI), desde sua criação, mantendo-se nos anos do pós-guerra, mesmo quando emergiu o Realismo (GOMICHO, 2013).

⁴ Considera-se que a Nova Ordem Mundial seja uni-multipolar, visto que, embora haja uma hegemonia militar e proeminência em todos os domínios de poder, do *hard power* ao *soft power*, estadunidense, existem significativas potências, regionalmente importantes, tais como: o eixo franco-alemão, o Reino Unido e a Rússia, na Europa e na Eurásia; a China e o Japão, na Ásia Oriental; a Índia e o Paquistão no Sul da Ásia; Israel, a Arábia Saudita e o Irã no Oriente Médio/Golfo Pérsico; a África do Sul e a Nigéria na África, e do Brasil e da Argentina na América Latina. Para um aprofundamento ver: Tomé, L. L. Novo Recorte Geopolítico Mundial: uma ordem uni-multipolar, uma grande guerra e o jogo de “contenções múltiplas”. **Instituto da Defesa Nacional**, 2ª Série, n. 106, 2003. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1392>.

1.1.1 Liberalismo

O Liberalismo segue o nascimento da disciplina (Teoria Realista), no final da I Guerra Mundial. Baseado no pensamento de Woodrow Wilson, o Liberalismo é definido como um paradigma normativo e utópico, pois sua proposta era a de reformar a prática internacional (FONSECA, 2008), a partir daí, no centro do Liberalismo foram surgindo novas abordagens que marcaram as relações entre Estados. E, no período entre as duas grandes Guerras Mundiais, surge então, o Internacionalismo Liberal, que tinha como proposta, a criação de condições para a cooperação entre os Estados, sem cogitar a formação de uma comunidade internacional (BATTISTELLA, 2006).

E, durante a Guerra Fria, surge o Liberalismo Institucionalista (Escola Inglesa), que despreza a característica normativa do Liberalismo clássico, proposto por Andrew Moravcsik (1997), que coloca o indivíduo como o ator indispensável no âmbito das relações internacionais. E, segundo Fonseca (2008), mesmo com algumas ideias distintas, os realistas compartilham uma única ideia de que “os indivíduos atuam na cena internacional através dos Estados”, o que pode denotar uma perpetuação de propostas liberais. E, sob a ótica de Woodrow Wilson, era preciso que se instituisse a cooperação entre Estados e, para tanto, seria necessário criar uma associação de nações.

De acordo com a proposta de Hedley Bull, a Escola Inglesa, se manteve fiel à concepção de anarquia e de centralidade do Estado, características do Realismo clássico. No entanto, fez críticas à criação de uma comunidade mundial. A Escola Inglesa sempre defendeu a formação de uma sociedade internacional dos Estados. Mesmo não tendo uma autoridade central com o poder de interpretar e executar a lei internacional, os Estados poderiam regular suas relações com regramento de previsibilidade.

E, baseado no pensamento de Locke, “o Liberalismo permanece baseado na centralidade do Estado tal como o internacionalismo liberal do “entreguerras”, daí que ele refira que os soberanos ou Estados são a realidade principal da política internacional” (BATTISTELLA, 2006, p. 174).

Ainda, segundo Fernandes (2011, p. 58),

[...] as críticas realistas ao internacionalismo do tipo liberal, ou ao wilsonianismo na linguagem típica da época, acusado de ser um pernicioso utopismo, foram demolidoras, a verdade é que a construção teórica realista deste período é ainda incipiente, sendo centrada no estudo do Estado, do seu relacionamento com outros Estados, e, particularmente, no fenômeno da guerra.

E, por outro lado, a teoria de Andrew Moravcsik é baseada na ideia de que o indivíduo é detentor de direitos e necessidades que antecedem o Estado, sendo este o representante dos indivíduos no cenário internacional (FONSECA, 2008).

Para Andrew Moravcsik “a política governamental é constrangida pelas identidades, interesses e poderes subjacentes aos indivíduos e grupos que – no seio e para além do aparelho do Estado – exercem, em permanência, pressão sobre os decisores com vista a fazê-los adoptar as políticas de acordo com as suas preferências” (MORAVCSIK, 1997, p. 519). Sendo assim, este teórico fundamenta-se na premissa de que “os atores fundamentais da política internacional são indivíduos e grupos privados”, num mundo no qual a soberania está enfraquecida, uma vez que “o Estado não é um ator, mas uma instituição representativa, constantemente sujeita a captura e recaptura” (MORAVCSIK, 1997, p. 518).

A partir do exposto, infere-se que, sendo Moravcsik um liberal, tece seus argumentos com base na sociedade, centrando sua teoria nas demandas sociais, nos mecanismos causais que convertem em preferências estatais e nos padrões de preferências nacionais na política mundial.

Em síntese, o liberalismo identifica um problema principal na política internacional: a guerra. Para resolver isso, foram propostas três soluções, sendo a primeira a democracia, na qual os liberais argumentam que os estados democráticos são mais pacíficos com todos os outros estados e evitam guerra contra outras democracias.

O argumento acima refere-se à “Teoria da Paz Democrática.” Dentre tantas razões para não entrarem em guerra com outras Nações democráticas, o temor de que os líderes não sejam reeleitos, caso isso aconteça, figura como um dos principais. Segundo Doyle (1986, p. 1151), “quando os cidadãos que sustentam os fardos da guerra elegem seus governos, as guerras tornam-se impossíveis”

A segunda solução refere-se à interdependência econômica. Os liberais afirmam que o comércio internacional une os Estados, ou seja, os interesses dos países convergem. Sendo assim, a guerra parece muito cara para os Estados, que preferem a cooperação entre si. As instituições internacionais são a terceira solução proposta pelo Liberalismo. Esta teoria diz respeito ao aumento de cooperação das instituições entre Estados e, portanto, a guerra se torna menos provável. Segundo Gomichon (2013, p. 1), particularmente, o institucionalismo neoliberal analisa tal solução, argumentando que as instituições internacionais promovem a cooperação e limitam os efeitos da anarquia.

Os neoliberais aceitam a existência de anarquia dentro do sistema internacional, mas isso não impede cooperação entre eles. Keohane (1984) descreve três vantagens das instituições internacionais sob a anarquia. A primeira é que elas reduzem custos de coordenação, aumentam o custo da trapaça e difundem informações. Os neoliberais acreditam que os Estados estão mais preocupados com os ganhos absolutos do que com os ganhos relativos. Os Estados concebem seus ganhos não em comparação com outros Estados, mas olhando para os ganhos totais, o que potencializa a cooperação entre eles.

Portanto, as Relações Internacionais podem ser uma interação de soma positiva, em que cada lado se beneficia da cooperação. Keohane e Nye (1998, p. 83) desenvolveram a noção de “interdependência complexa”, “um mundo em que a segurança e a força importam menos e os países estão ligados por múltiplas relações sociais e políticas.” Os autores identificaram, nessa teoria, três condições, ou seja, “um número crescente de canais de contato entre as sociedades, o fato de que os governos relutantemente usam a força militar, e que a segurança não é mais o principal problema internacional relações.”

Em seus estudos, Joseph Nye se destaca atribuindo alguns conceitos de poder, abordando significativas mudanças no que se refere ao exercício do poder numa perspectiva histórica (século XVI ao XXI). A partir daí faz reflexões no que denomina de Hard Power, (em tradução livre, poder forte), ou seja, uma Nação que detém poder militar e econômico, e esse poderio a torna insuperável por qualquer outra. Outro termo estabelecido e definido por Joseph Nye, é o Soft Power (em tradução livre, poder suave) (NYE, 2002).

Há questões que segundo Joseph Nye, precisam ser conhecidas:

[...] se, na era da informação, embora seja importante saber quem vence o exército, é quase igualmente importante quem vence a história. E essa questão de qual é a narrativa, qual é a forma como você atrai as pessoas para movê-las por atração e persuasão torna-se extremamente importante e desempenha um papel maior na mistura do que tivemos no passado. Mas nós realmente não colocamos nossas mentes nisso muito bem. Não entendemos o fato de que, para ter sucesso neste novo tipo de mundo, você precisa ter força suficiente para lidar com os militares no Cairo, mas também precisa ter força branda suficiente de atração e narrativa para apelar as pessoas na Praça Tahrir e você tem que fazer isso simultaneamente. Tarefa nada fácil para uma política externa neste novo mundo de difusão de poder (NYE, 2011, p. 3).

Na verdade, Joseph Nye (2011) faz uma reflexão sobre o poder, ou melhor, sobre a difusão deste em poder de transição, comparando os Estados Unidos da América (EUA) com a China. Segundo ele, é senso comum, que a China esteja com maior poder em relação aos EUA, em termos econômicos. Significa dizer que é uma transição de poder, ou seja, é uma tendência, que na verdade, em tese, é o declínio dos EUA como a maior potência do mundo e a ascensão

da China. Mas, de acordo com sua teoria, não é apenas a China que emerge potencialmente, mas outros países de parte da Ásia

E, é possível inferir que sua tese se refere, particularmente, após a crise financeira de 2008, quando os americanos atingiram seu pico, e ultrapassaram este pico e estão em suas fases finais e assim por diante.

O problema com isso é que não se sabe qual é o ciclo de vida de um país. O ciclo de vida de um ser humano - tem-se uma boa ideia - qualquer pessoa que olhar para a autora desta tese saberá que está em declínio. Mas o ciclo de vida de um país não é tão claro. Por exemplo, no século XVIII, depois que a Grã-Bretanha perdeu suas colônias norte-americanas, os estadistas britânicos Horace Walpole disseram: “Ai da Grã-Bretanha, agora estamos reduzidos a um pequeno país miserável como a Sardenha ou a Dinamarca.” O que ele não percebeu foi que a Grã-Bretanha estava às vésperas de seu maior século, devido a Segunda Revolução Industrial. E mesmo se pensar sobre o caso clássico de Roma, sim, eventualmente houve um declínio e queda de Roma, mas ocorreu três séculos após o auge de seu poder (NYE, 2011, p. 3).

Mas, não temos ideia de onde os Estados Unidos estão em termos de seu ciclo de poder neste momento, afirma Nye (2011). É verdade que, uma pesquisa de opinião pública, verá que a maioria dos americanos, agora, pensa que os EUA estão em declínio e, que a maioria dos americanos acreditam que a China é maior que os EUA economicamente. De acordo com o autor, “isso é simplesmente falso.” Por analogia, afirma que, “depois do Sputnik, os soviéticos tinham três metros de altura. Na década de 1980, os japoneses tinham três metros de altura. Hoje, os chineses têm três metros de altura após a crise de 2008. Mas suspeito que superaremos isso e então começaremos a ter uma noção mais realista de como são as relações de poder” (NYE, 2011).

A partir dessa breve análise do pensamento teórico de Joseph Nye, pode-se perceber que, de acordo com suas afirmações, notadamente no livro “O Futuro do Poder”, que suas alegações sobre a difusão de poder, não centram-se apenas nas estratégias dos EUA, mas, em uma tendência que pode servir de fundamentação para análise de qualquer Estado que constitui o cenário internacional neste século (NYE, 2011).

Sendo assim, ainda de acordo com suas afirmações, Joseph Nye (2011, p. 47) diz que “[...] o poder inteligente está disponível a todos os estados (e aos atores não estatais), não apenas aos Estados Unidos”, ressaltando, que “[...] ainda que a expressão “poder inteligente” se preste a slogans(ninguém quer ser “burro”, embora as estratégias contraproducentes se ajustem a essa

descrição), o poder inteligente também pode ser usado para análise e não é de modo algum limitado aos Estados Unidos” (NYE, 2011, p. 264).

Por outro lado, seria tendencioso acreditar que esses preceitos teóricos seriam uma solução dada, para a construção do poder de qualquer Estado, no cenário internacional. Isso porque, o *smart power*, de acordo com Pinto (2016, p. 154), “é uma estratégia unilateral pensada para os EUA, se torna um arcabouço capaz de analisar as ações dos atores mais poderosos do sistema, como também, daqueles atores que ambicionam ter mais capacidade de influência e poder dentro deste cenário, como é o caso do Brasil.”

1.1.2 Institucionalismo (Neoliberalismo)

O Institucionalismo, denominado também como institucionalismo liberal, ou neoliberalismo compartilha algumas preposições teóricas do Realismo (MENDES, 2019). Por mais de meio século, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o campo das organizações internacionais sofreu mudanças significativas, alteradas por termos usados para caracterizá-lo. Em geral, e consistente com uma ampla mudança na Ciência Política, o subcampo se tornou menos normativo e cada vez mais teórico. O que começou como o estudo de organizações internacionais e organizações regionais, ou seja, como integração deu uma guinada dramática no início dos anos 1980, passando a ser chamado de teoria e, posteriormente, foi redefinido e denominado de Teoria do Institucionalismo Neoliberal (STEIN, 2008).

A Teoria Institucional contempla aspectos da estrutura social, considerando processos estruturais estabelecidos (esquemas, regras, normas e rotinas), tornando-os diretrizes para o comportamento social. Além disso, o Institucionalismo investiga como esses elementos são criados, difundidos, adotados e adaptados no tempo e no espaço e, como declinam e caem em desuso. As bases da teoria Institucional são amplas, incorporando ideias de diferentes teóricos, como Marx e Weber, Cooley e Mead, dentre outros. Contemporaneamente, a Teoria Institucional chamou a atenção de vários teóricos e estudiosos da área das Ciências Sociais e, é usada para examinar sistemas de interações micro interpessoais até as macroestruturas globais (CRUBELLATE, 2004).

Nessa teoria foram desenvolvidos estudos inovadores sobre o papel das organizações internacionais, destacando de maneira especial a integração regional. Posteriormente, foi

introduzida a teoria sobre os regimes internacionais para, finalmente, focar na cooperação e no papel que as instituições podem ter como solução para os dilemas relativos aos interesses próprios e individuais dos Estados apontados pelos realistas (MENDES, 2019).

O Institucionalismo centra-se na explicação das razões que levam à cooperação entre Estados, bem como naquelas que levam as instituições a conseguirem desenvolver capacidades próprias e, impondo aos Estados uma força que os levem a agir em direções determinadas. Sintetizando, o Institucionalismo identificou compreensivamente o desenvolvimento progressivo da institucionalização internacional desde o Pós-guerra até a atualidade (MENDES, 2019).

1.1.3 Realismo

O pensamento teórico das Relações Internacionais, em boa parte, após II Guerra Mundial, foi chamado de teoria Realista, com seis princípios basilares ancorados na teoria de Hans Morgenthau, quando defendia que a política “é conduzida por leis objetivas, cujas raízes assentam na natureza humana; que o conceito de interesse nacional é definido em termos de poder”, o que evitaria enganos, como “a preocupação com os motivos e com as preferências ideológicas; o interesse nacional seria a materialização da busca pela sobrevivência num sistema anárquico; a inaplicabilidade entre os princípios morais do indivíduo e a ação do Estado; a não coadunação das aspirações morais de uma nação específica com leis que governam o universo; e a autonomia da esfera política” (MORGENTHAU, 2005). Em síntese, o interesse nacional e o poder assumem papéis determinantes no desenvolvimento deste cenário, uma vez que a sobrevivência do Estado, no âmbito do sistema internacional anárquico, com tendências conflituais, é o pressuposto norteador desta análise em perspectiva. Diante disso, Hans Morgenthau, na sua teoria, pressupõe que os Estados são atores unitários e racionais na concepção de sua política externa, e defende que o caminho para a condução de qualquer decisão de política externa deverá seguir, inegavelmente, uma lógica racional (ATAÍDE, 2016).

A Escola Realista, ao contrário do Liberalismo, tem uma visão diferente das relações internacionais, identificando, ao longo do tempo, correntes derivadas do Realismo clássico.

As Relações Internacionais, no Realismo, de acordo com Mendes (2019)

[...] são definidas pela condição anárquica da política internacional e pela desigual distribuição de poder na estrutura do sistema internacional. Os atores fundamentais do sistema são os detentores do poder, ou seja, os estados. Devido à ausência de um governo internacional, os estados vivem numa luta constante pelo poder. Esta busca

pelo poder começa, em primeira instância, pela própria sobrevivência dos estados. Para os realistas, a manutenção da segurança e independência territorial está sob hipótese de ameaça constante, uma vez que a imposição do poder coercivo máximo, a guerra e a invasão territorial, são sempre uma possibilidade. Os realistas tendem a ter uma visão antropológica pessimista sobre as possibilidades de se estabelecerem relações de cooperação estáveis entre as unidades do sistema. Embora existam várias correntes dentro do realismo, podemos dizer que todos os realistas partilham quatro ideias básicas sobre o funcionamento das relações internacionais: o *grupismo*, o egoísmo, a anarquia e a política de poder (MENDES, 2019, p. 096).

O Realismo, é uma teoria estrutural, diante da incapacidade das estruturas institucionais no cenário internacional, essencialmente, para evitar a guerra e a ausência de mecanismos que regulassem as disputas internacionais.

Quanto à política externa, os realistas defendem que sua natureza ontológica se distingue da política interna, pois, nesta o Estado tem autoridade e meios para atuar, enquanto na política externa, nenhum Estado tem uma autoridade superior, e o que resulta deles, são tomadas de decisões interdependentes. Sendo assim, na política externa, o Estado é o único detentor legítimo dos meios de violência e, por isso, no âmbito internacional, nenhum deles tem o monopólio da violência legítima. E, ainda, na política externa, sob a ótica dos realistas, prevalece a política interna (BROWN; AINLEY, 2005).

1.1.4 Construtivismo Social

A chegada do Construtivismo às Relações Internacionais, geralmente está associada ao fim da Guerra Fria, um evento que as teorias tradicionais, como Realismo e Liberalismo, não conseguiram explicar. Esse fracasso pode estar ligado a alguns de seus princípios centrais, como a convicção de que os Estados são atores interessados em si mesmos que competem pelo poder e a sua distribuição desigual entre os Estados, que definem o equilíbrio de poder entre eles. Por ter um foco dominante no Estado, as teorias tradicionais não abriram muito espaço para observar a ação dos indivíduos. Afinal, foram as ações das pessoas comuns que garantiram o fim da Guerra Fria, não as dos Estados ou organizações internacionais. Os atores (geralmente poderosos, como líderes e cidadãos influentes) moldam continuamente, e às vezes, remodelam, a própria natureza das Relações Internacionais através de suas ações e interações (THEYS, 2018).

O Construtivismo vê o mundo e o que podemos saber sobre o mundo como socialmente construído. Essa visão se refere à natureza da realidade e à natureza do conhecimento que também são chamados de ontologia e epistemologia na linguagem da pesquisa. Alexander

Wendt (1995) oferece um excelente exemplo que ilustra a construção social da realidade quando explica que 500 armas nucleares britânicas são menos ameaçadoras para os Estados Unidos que cinco armas nucleares norte-coreanas. Essas identificações não são causadas pelas armas nucleares (a estrutura material), mas pelo significado dado à estrutura material (a estrutura ideacional). É importante entender que a relação social entre os Estados Unidos e Grã-Bretanha e os Estados Unidos e Coréia do Norte são percebidas de forma semelhante por esses Estados, pois esse entendimento compartilhado (ou intersubjetividade) forma a base de suas interações. O exemplo também mostra que as armas nucleares por si só não têm nenhum significado, a menos que se entenda o contexto social. Além disso, demonstra que os construtivistas vão além da realidade material, incluindo o efeito de ideias e crenças na política mundial. Isso também implica que a realidade está sempre em construção, o que abre a perspectiva de mudança. Em outras palavras, os significados não são fixos, mas podem mudar com o tempo, dependendo das ideias e crenças que os atores mantêm (THEYS, 2018).

O Neorealismo e o Institucionalismo Neoliberal são extraídos diretamente da microeconomia. Embora o Construtivismo Social em Relações Internacionais seja fortemente influenciado pela tradição sociológica, nenhuma teoria correspondente existe em outro lugar para que se realize uma simples importação. Entre os antecedentes, o Neofuncionalismo, a Escola Inglesa e a Teoria da Estruturação (Giddens) influenciaram a Teoria Construtivista emergente.

A Teoria Construtivista procurou ampliar os limites teóricos relativamente estreitos para problematizar os interesses e identidades dos atores, aprofundando para incorporar bases intersubjetivas de ação social e ordem social nas dimensões do tempo e do espaço para estabelecer a “dualidade” da estrutura, nos termos de Giddens, restringindo a ação social, mas ao mesmo tempo, sendo (re)criada e, portanto, potencialmente transformada por ela.

Em síntese o Construtivismo se baseia na centralidade do Estado, mas, tende a refletir sobre a socialização dos Estados por meio das redes de relações interestatais nas quais estão ancorados, uma vez que seus interesses estão dependentes da representação que os Estados fazem sobre eles próprios, como também do sistema internacional, e do lugar que se mostram no sistema. Sendo assim, o interesse nacional, que, de alguma maneira define o comportamento do Estado, refere-se às exigências de sobrevivência e segurança, ao mesmo tempo, subordinado às normas reguladoras de valores que modelam a sua identidade (FONSECA, 2008).

1.2 Política externa

Ao analisar a política externa, depara-se com uma área de estudo bastante complexa, repleta de divergências no que se refere às variáveis infinitas a serem consideradas, talvez, por reflexos das teorias dos pensadores das Relações Internacionais.

Tradicionalmente, a política externa, está relacionada, diretamente com os Estados. Segundo Freire & Vinha (2011, p. 16), a política externa

[...] é entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional. No entanto, o desenho, formulação e implementação da política externa não é um processo simplista e linear, como analisado nos diferentes modelos teóricos e na necessidade de conjugação destes para um entendimento mais compreensivo do processo; e não tem lugar de forma isolada, revelando o carácter co-constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) que acompanham todo o processo.

Nesse contexto, James Rosenau (1966, 1969) traz uma proposta dizendo que “a política externa implica numa relação bidirecional entre as dimensões interna e externa, ultrapassando a convicção tradicional de que a política externa é dirigida por fatores internacionais” (FREIRE; VINHA, 2011, p. 16).

Significa dizer que, estudar as relações políticas e econômicas, Portugal-Brasil, “implica enquadrá-las numa relação dinâmica entre o contexto interno e externo do Estado português e brasileiro.” Entretanto, num debate teórico, o peso de cada uma dessas dimensões em unanimidade. Mas, mesmo assim, o argumento tradicionalmente empregado é que a política externa está condicionada apenas pelos fatores externos (ATAÍDE, 2016).

Christophe Hill (2003), por sua vez, traça um panorama evolutivo das dinâmicas processadas pelo próprio Estado, bem como no sistema internacional. Para ele, “a política externa é “a soma das relações externas oficiais realizadas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais” (HILL, 2003, p. 3).

Hill (2003, p. 3) define algumas expressões de política externa na evolução das dinâmicas internacionais processadas pelo próprio Estado, no sistema internacional. Para ele, “relações externas oficiais” possibilitam a inclusão dos resultados gerados pelos mecanismos governamentais do Estado num ambiente de distintas transações internacionais. Segundo ele, o “ator independente” permite incluir organismos como a União Europeia e, a “soma” enquanto adição das relações oficiais distinguem esta esfera da esfera de ações particulares. Finalmente, o autor explica que, a expressão “externas” é resultante de sua própria concepção do mundo formado por comunidades distintas e não como uma entidade única.

Outros teóricos como, Mark Webber e Michael Smith definem, política externa como “os objetivos pretendidos, o conjunto de valores, decisões e ações realizadas pelos Estados e pelos governos nacionais que ajam em seu nome, no contexto das relações externas das sociedades nacionais” (WEBBER; SMITH, 2002, p. 2).

E, Laura Neack defende que a política externa, complementando o pensamento de Mark Webber e Michael Smith, é o resultado das alianças de atores e grupos nacionais e atores internacionais, num ambiente doméstico e externo complexo (WEBBER; SMITH, 2002, p. 2). Na mesma linha de pensamento, Charles Hermann considera que este conceito é “o artefato observável de decisões a nível político. Não é a decisão, mas um produto da decisão”, resultante do comportamento do Estado (HERMAN *apud* NEACK, 2008, p. 9).

No que tange à política externa brasileira, no país, como já mencionado, houve uma transição de um regime ditatorial para a democracia, mas não marcou uma ruptura nas principais linhas da política externa. De acordo com Freire (2011, p. 97), “os princípios de política externa são constantes e transversais à grande parte dos diferentes momentos políticos, embora, por vezes, sejam instrumentalizados de forma diferente.” Em outras palavras, as “linhas” da política externa brasileira permaneceram as mesmas, com algumas estratégias adaptáveis ao longo do tempo, ajustáveis de acordo com as conjunturas internacionais, também alteradas, impostas, pelos Estados, influenciadas, pelos próprios atores políticos.

Ressalta-se, que no Brasil, o sistema político-partidário é complexo e com sistema presidencialista. Com a Constituição Federal de 1988, o presidente é dotado de amplos poderes sobre a administração pública, conferindo de um lado, “a forma como se relaciona com o Congresso e, por outro, como lida com as forças políticas dos vários estados federados” (FREIRE, 2011, p. 98).

Em síntese, sem entrar e detalhar o sistema presidencialista brasileiro, ocorre, como afirma Neto (2007, p. 131), que “as instituições políticas brasileiras concentram o poder no Executivo. O papel do Chefe do Executivo é reforçado constitucionalmente através da faculdade de editar medidas provisórias⁵, o que lhe permite controlar e, conseqüentemente, enfraquecer o Poder Legislativo. No quadro dos sistemas presidencialistas, no caso brasileiro “é natural que o poder executivo seja o centro de gravidade do regime político.”

Tal afirmativa coincide com o que se vive atualmente no Brasil, com o atual governo que é, centralizador e controlador das ações de todos os ministérios, sem exceção, inclusive

⁵ Medidas provisórias são decretadas pelo presidente da república e tem força de lei, mas com prazo de vigência determinado, podendo, no entanto, ser reeditadas.

com medidas extremadas no que se refere à política externa e, conseqüentemente, trazendo algum desconforto em relação a outros Estados, notadamente os europeus, como a França, por exemplo.

Nesse sentido, LIMA e SANTOS (1998), corrobora com tal entendimento:

As posições do Presidente, como iniciador político, e as do Congresso, meramente de ratificação exposto, geram um cenário em que é extremamente difícil para o legislador intermédio rejeitar as políticas negociadas pelo Executivo em fóruns internacionais (LIMA; SANTOS, 1998, p. 10).

Atualmente no Brasil, tornou-se comum o debate entre poderes, ou melhor, a disputa entre as instituições do Estado, ou seja, executivo, legislativo e judiciário, uma vez que cada um deles é independente. Por outro lado, de acordo com o artigo 49 da Constituição Federal de 1988, “a intervenção do Congresso na formulação da política externa é muito reduzida, porque a competência que lhe é atribuída se cinge à ratificação de tratados e acordos internacionais”, segundo FREIRE (2011, p. 99).

E, talvez, por isso mesmo, o Congresso Nacional, tenha suas funções legislativas, em matéria de política externa, reduzidas, limitadas. Segundo LEMOS (2010, p. 4) “o sistema brasileiro é tendencialmente pró-executivo, pois as prerrogativas constitucionais favorecem o presidente e o poder executivo em qualquer assunto, mas especialmente naqueles relacionados com os assuntos externos.”

No entanto, seja em função do processo de (re)democratização do Brasil, seja devido às “transformações do sistema internacional, aceleradas com o fim da Guerra Fria e a globalização, também acelerada a partir da década de 1990, este processo começou a ser partilhado com outros atores e, especialmente, com o Presidente da República, através da diplomacia presidencial” (FREIRE, 2011, p. 100).

Porém, essa divisão de tarefas “não é de todo uma tradição brasileira”. O Itamaraty sempre se caracterizou pela autonomia e isolamento burocrático na formulação da política externa, pelo elevado grau de profissionalização da diplomacia, bem como pelo monopólio das responsabilidades políticas (CASON; POWER, 2009, p. 119-121).

No que se refere a Portugal, este país passou por três modelos de inserção internacional, sendo o primeiro “Portugal medieval. Até ao século XV as relações externas de Portugal fazem-se no quadro da Península Ibérica, entre cinco unidades políticas, todas elas mais ou menos da mesma dimensão e potencial: os reinos peninsulares – Castela, Leão, Navarra, Aragão e Portugal.” O modelo clássico, assim denominado, começa a ser desenhado partir do século XV, durante “cinco longos séculos e só termina entre 1974 e 1986 com o processo de democratização e a integração europeia. É o modelo histórico, ou tradicional de inserção

internacional do País.” E, o modelo democrático, que teve início com o fim do regime autoritário, a partir da democratização em 25 de abril de 1974, época em que houve a reconfiguração da política externa portuguesa (FREIRE, 2011, p. 279-282).

Em Portugal, o período, logo após ao 25 de abril de 1974, foi caracterizado pelos processos de descolonização e democratização e, posteriormente, pelo empenho no processo de adesão às comunidades europeias. Se o regime autoritário se tinha fechado com a questão colonial por resolver, não é de estranhar que o novo regime se depare, desde logo, com a mesma preocupação, abordando-a, inevitavelmente, de forma diferente. Tal como demonstrado em alguns trabalhos “o fim do regime autoritário e o processo de transição à democracia que se inicia em 25 de Abril [sic] de 1974 vem determinar uma redefinição profunda da política externa portuguesa [...]: descolonização, democratização e desenvolvimento” (FONSECA, 2010), passam a ser as linhas condutoras do país nos primeiros tempos da democracia.

Segundo TEIXEIRA (2004, p. 112), as mudanças significativas na política externa portuguesa apenas acontecem durante o Estado Novo, antes e depois dele há uma permanência das linhas orientadoras de Portugal no exterior: a aliança inglesa e o projeto colonial na África, e depois a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e as relações pós coloniais, ou seja, as áreas geopolíticas e geoestratégicas permanecem, embora com contornos diferentes face aos ajustamentos que o sistema internacional exige.

A participação de Portugal na NATO, se dá, ou pelo menos se justifica, por vários motivos, sendo o primeiro, talvez o mais relevante, estabelecer a própria defesa diante de uma ameaça iminente do Bloco Leste, pois, fora do quadro da NATO, o país ficaria bastante fragilizado. Em segundo lugar, a preservação e o desenvolvimento do espírito de solidariedade ocidental em defesa da manutenção de um modelo societal. Em terceiro lugar, porque a finalidade da Aliança do Atlântico Norte, tem em si mesmo, o conteúdo atlântico que se relaciona bem com a intenção euro-atlântico. Por fim, porque a participação de Portugal na NATO distinguiu a sua postura e importância estratégica diante da Espanha, país vizinho (PINHEIRO, 1988).

Passadas todas as transições políticas internas e externas, tanto no Brasil, quanto em Portugal, as duas nações se relacionam, atualmente, por vários fatores e interesses comerciais, mas, pode-se dizer que o mais relevante, seja o uso do mesmo idioma, que inegavelmente importa no domínio das relações bilaterais entre os Estados.

No capítulo seguinte foi retratada a relação Brasil-Portugal bilateralmente e no contexto internacional.

CAPÍTULO 2 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR GLOBAL

Para melhor compreensão deste estudo, interessa elucidar conceitos e reflexões sobre o Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG), numa perspectiva de mercado e segurança alimentar, ressaltando que este é um fenômeno complexo, por sua abrangência e alcance regionais e internacional.

Partimos do pressuposto que o SAAG se manifesta no âmbito local, levando em consideração as especificidades de cada espaço, sendo capaz de se adequar e se apropriar dos elementos estruturais (simbólicos e materiais) que lhe permitem assentar seus interesses. O que acontece na escala doméstica é o resultado de um fenômeno global, ou seja, do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG), abrangendo, de alguma forma, toda a rede mundial de alimentos, desde suas origens no espaço rural, até o consumo final. E, nesse contexto, destacam-se os Estados, como atores sociais, igualmente as organizações internacionais e as corporações (De LEON, 2018).

E, assim, como o SAAG é entendido como uma instituição, que, segundo GIDDENS (1984 *apud* ZUNINO, 2002, p. 108) é entendida “como um conjunto de regras e recursos reproduzidos para através de lapsos prolongados do espaço-tempo, o que equivale a conceituar uma instituição como uma estrutura que atingiu alguma estabilidade através do espaço e ao longo do tempo.”⁶

Seguindo essa linha de raciocínio, ZUNINO (2002, p. 109), referindo-se à instituição, conceitua como sendo [...] “um conjunto de regras reproduzidas no curso da vida cotidiana por agentes que operam em diferentes níveis funcionais. Esses agentes não são inerentemente livres, eles enfrentam uma série de possibilidades e restrições provenientes de sistemas sociais mais ou menos permanentes no espaço e no tempo (agentes estruturados).”⁷

Por último a instituição possui especificidades no modo de operar em diferentes níveis funcionais, sempre como uma relação de poder, e, “com efeito, ao considerar uma instituição como um conjunto de regras que operam através de diferentes níveis funcionais, é possível relacionar o nível local a processos mais gerais, o que facilita a compreensão de como as regiões e os locais respondem de maneira diferente às circunstâncias gerais” (ZUNINO, 2002, p. 113-114). Há que se considerar o objetivo de cada uma delas, e demais agentes ou entidades, ou

⁶ Tradução livre.

⁷ Tradução livre.

seja, Estado, Mercado, Natureza, entre outras, com foco nas limitações de funções e escopo dos órgãos centrais de governo, como também na criação de condições para desenvolvimento de negócios privados (ZUNINO, 2002).

O SAAG, entretanto, se insere num contexto de múltiplas dimensões, notadamente, as dimensões social, política, econômica e ambiental, as quais serão abordadas no decorrer deste capítulo, separada ou conjuntamente. Para tanto, buscou-se amparo em um economista brasileiro, Nilson Maciel de Paula (2017), em seu livro “Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios”, e em um economista espanhol, Manoel Delgado Cabreza (2010), em seu artigo “*El Sistema Agroalimentario Globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecologica*”, que comungam da ideia de que o SAAG, “[...] demonstra uma forte relação com cadeias de produção de alimentos. Sendo assim, envolvem processos a partir da extração/produção, até o consumidor final. E, nesse sentido, instituições como Estados, Organizações Internacionais (OIs), Mercado e Natureza, desempenham papel de protagonistas na construção e no alcance da estrutura desse sistema.”

No tocante as dimensões, estão intimamente relacionados, porque não dizer, entrelaçadas, ressaltando que, o SAAG não pode ser limitado a apenas às dimensões políticas e econômicas, uma vez que, como já mencionado, envolve outras (social e ambiental). A dimensão ambiental tem uma relação indissociável com a dimensão econômica, sendo o centro das disputas por recursos, matérias-primas e terras para uso das grandes e médias corporações.

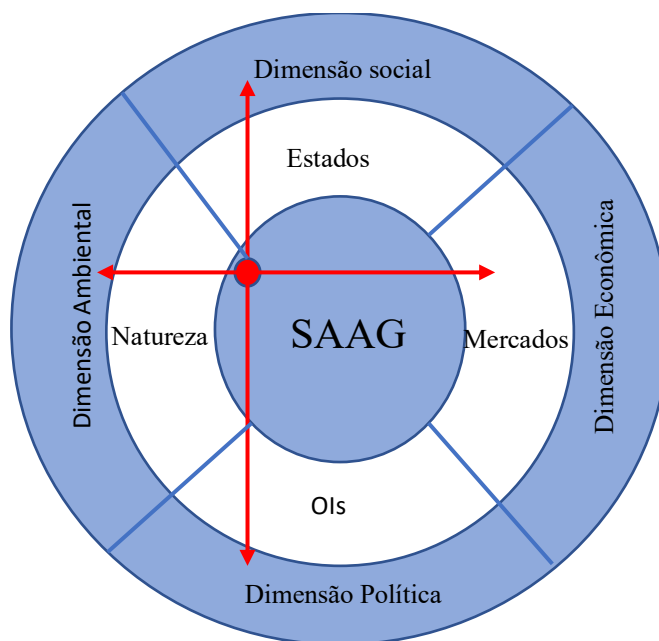
No que diz respeito à dimensão social, esta é coparticipante com as outras dimensões, uma vez que é nela que acontecem o consumo e a demanda por alimentos. Cada uma dessas dimensões tem maior proximidade e envolvimento com uma instituição em particular, a exemplo da dimensão social, que se encontra intrinsecamente atrelada ao Estado como instituição. Essa proximidade não limita a afinidade com as demais instituições, exatamente pela integração em todos os elementos da estrutura do SAAG.

Quanto à dimensão política, pela sua correspondência com regulamentos e orientações no marco da constituição de políticas e recomendações, mais abeirada às Organizações Internacionais, a saber: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outras, por se tratar de um sistema global, exerce e mantém, grande influência nas outras dimensões, principalmente, na organização e recomendações sobre o funcionamento geral do SAAG. A instituição Mercado representa para o SAAG a realização “legítima” da racionalidade

econômica que se impõe no mundo, junto às suas aspirações de modernidade e crescimento econômico (De LEON, 2018).

O autor ilustra esta relação, ou melhor, essa integração das instituições e suas principais dimensões envolvendo o SAAG (Figura 1).

Figura 1- Esquematização da estrutura do SAAG (instituições e principais dimensões)



Fonte: Adaptado de De Leon, 2018.

O papel do abastecimento de alimentos e seus processos, segundo CABEZA (2010, p. 1), [...] “passou por um longo processo que tem como fio impulsionador sua integração progressiva na organização industrial da produção, da distribuição e do consumo de alimentos.”

Atualmente, de acordo com Naredo (2009), produção de alimentos faz parte de um sistema no qual as formas de ganhar dinheiro mudaram para o setor financeiro com intuito de firmar, possivelmente, uma economia de “aquisição” (NAREDO; KLINK, 2009). Nesse cenário, a produção e o consumo de alimentos têm se apartado, de maneira progressiva, de sua associação direta com a agricultura e, por conseguinte, do ambiente em que se desenvolveu para se colocar num sistema complexo, em que, de agora em diante, surgem questões sobre o que, como e para quem produzir, distribuir e quem consome os alimentos (CABEZA, 2010).

A evolução desse sistema agroalimentar está ligada aos imperativos do crescimento e acumulação dentro do sistema econômico atual. Embora a operação deste complexo possua algumas particularidades que o definam e o diferencie de outros sistemas de provisão, com destaque para o peso que fatores orgânicos ou biológicos têm nesses processos, especialmente nas duas extremidades da cadeia - produção e consumo de alimentos (BOYD *et al.*, 2001).

Assim, a natureza, como fator limitante e condicionante do desempenho econômico, adquire conotações particularmente relevantes. E, por outro lado, o alimento, um fenômeno biocultural complexo, acaba sendo tratado como mais uma mercadoria, do ponto de vista unidimensional, e do ponto de vista econômico.

As diferentes etapas pelas quais o sistema agroalimentar passou, podem se encaixar nos modos de organização e nos processos de acumulação seguidos para o sistema como um todo. Nesse sentido, das três dietas identificadas na evolução do sistema (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989), é interessante focar no período mais recente, que começa nos anos 1980 e é o palco em que governa a chamada “dieta corporativa” (McMICHAEL, 2004), que pode ser associado ao que se denomina de globalização - a estratégia do capital para organizar as operações que levam à sua reavaliação, em escala planetária.

2.1 Setor agroalimentar Brasil e Portugal

O sistema alimentar, ou seja, "a maneira pela qual os homens se organizam para produzir, distribuir e consumir seus alimentos", de acordo com a definição de Lacombe e Malassis (1994), originou-se há séculos atrás com a "invenção" do fogo que criou o ato eminentemente social de cozinhar alimentos. Então, os homens deram um passo radical na produção agrícola, em vários pontos da Terra, em particular entre os Rios Tigre e o Eufrates.

Tal passo não foi o único, após a Revolução Industrial que afetou o sistema alimentar no século XIX, muitas inovações tecnológicas levaram a uma profunda mutação nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial (tecnologias da informação, biotecnologias, tratamento térmico de alimentos, entre outros), desencadeando um desenvolvimento na economia de mercado e grandes mudanças socioculturais, como, por exemplo, crescimento populacional, urbanização, trabalho feminino. Todos esses fatores combinados levaram à criação do que chamamos de modelo alimentar agroindustrial terciário. E, atualmente, o preço médio dos alimentos é composto por 20% de matérias-primas agrícolas, 30% de processamento industrial e 50% de serviços e margens em países de alta renda (RASTOIN, 2008).

Feitas essas considerações iniciais, de natureza teórica, podemos deduzir que daí, surgiu a mundialização (ou início) das economias nacionais, a importância do crescimento no sistema internacional, denominado por Richard Rosecrance, (*apud* Lafer 2018), de “o mundo do comércio”, que vem ensejando alterações na estratificação dos países, independentemente da

persistência das relações no campo estratégico-diplomático. “Foi a capacidade de atuar neste mundo, que nos últimos vinte anos transformou o Brasil de um exportador de produtos básicos num exportador de produtos industrializados” (LAFER, 2018, p. 829). Notadamente, exportando produtos agroalimentar, principalmente carnes (*in natura* e processadas).

2.1.1 O setor agroalimentar em Portugal

O setor agroalimentar é caracterizado por uma gama de atividades de transformação de bens agrícolas e alimentares, como também de bebidas e de indústrias alimentar. Em Portugal o setor tem suas atividades definidas de acordo com a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas” (CAE 10 - Revisão 3) de 2007.

A atividade agrícola compreende a produção agrícola e animal, quer em termos de bens, quer de serviços específicos das atividades desta seção.

As unidades agrícolas de produção mista classificam-se de acordo com a sua atividade principal, enquanto que para as unidades de exploração agrícola e animal em regime de associação é necessário determinar previamente um rácio de especialização. As cooperativas agrícolas são classificadas em função da sua atividade principal [...]

As unidades produtoras de vinho ou outro produto agrícola transformado a partir de atividades agrícolas a montante (ex: cultura da vinha) são classificadas, regra geral, na Agricultura (CAE, 2007, p. 27-28).

A indústria agroalimentar (IAA) portuguesa, é composta de, aproximadamente 10.485 empresas, empregando em torno de 104 mil pessoas, com um volume de negócios de 14.600 milhões de euros, representando 18,5% do total da indústria nacional. O setor agroalimentar português se caracteriza pelo elevado e crescente número de pequenas e médias empresas (PME). Contudo, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o maior volume de produção está concentrado nas médias e grandes empresas (71,6%) (INE, 2014).

Em, 1989, as mercadorias apresentavam aproximadamente 40% do volume de vendas do comércio retalhista alimentar, em Portugal, valor que se modificou significativamente na década de 1990, devido à participação de hipermercados e supermercados no volume total de vendas, cerca de 66% em relação a 1989, que representava apenas 36% do volume total de vendas de produtos alimentares oriundos da agricultura. Neste caso, os retalhistas são aqueles que fazem chegar ao consumidor final pequenas porções de cada produto de referência ou específicos. Apesar de esses adquirirem grandes quantidades, ao consumidor final, oferecem pequenas quantidades, de acordo com o poder aquisitivo de cada consumidor. Essas vendas (de pequenas quantidades, fracionadas) aliada a uma estratégia de *merchandising*, fomentou a

compra por impulso e a popularidade das lojas, são fatores que fizeram a diferença no comércio retalhista de outros tipos de comércio (NORONHA, 2016).

Nesse sentido, segundo a mesma autora, lojas de pequena dimensão, ou seja, aquelas com no máximo cinco funcionários, tem sobrevivência altamente improvável, pelo menos se as suas atividades continuarem a ser exercidas da mesma maneira em que se encontram atualmente estruturadas. E com o passar do tempo, a tendência desse tipo de mercado é o desaparecimento, face à grande concorrência de produtores como Carrefour (França), com posição mais elitista no mercado; Aro, marca própria do Makro, com seguimentos específicos (hotelaria, restaurantes e cafés). É um mercado que compra produtos não para consumir, mas para transformar e/ou vender.

Assim, o Pão de Açúcar, em Portugal, foi a cadeia de hipermercados e supermercados pioneira no país, introduzindo sua própria marca, lançando produtos desde 1984. Seus principais produtos eram arroz, açúcar, sal, papel higiênico, dentre outros, vendidos a preços mais baixos para atrair o consumidor final. E com isso, os resultados superaram todas as expectativas da empresa, e até hoje é assim, sem muito investimento, o sucesso continua, inclusive no Brasil. E, em Portugal, a maioria dos grupos econômicos têm suas próprias marcas, sendo expressivo o crescimento deste segmento de mercado.

No entanto, o mercado retalhista integrado, em reação a esta forma organizacional tem resultado numa forte ameaça às empresas retalhista (isoladas), tomando posse de determinadas funções que antes eram de inteira responsabilidade do setor grossista, os quais tem como principais funções a compra e o armazenamento de produtos (NORONHA, 2016). É nesse cenário de mudanças e, no centro de uma situação quase saturada dos mercados, ou seja, de intensificação da concorrência empresarial, que as empresas se veem forçadas a utilizarem diferentes estratégias de competição (SAUSSOIS, 1994).

Uma das opções estratégias está nas empresas agroalimentar, como uma das três estratégias em grupos distintos do mercado, quais sejam: estratégias de crescimento, de diferenciação e as de circulação. Mas, foi particularmente no processo de internacionalização do capital, inclusive na IAA, a necessidade de conquistar mercados saturados de natureza oligopolista, como também o grau crescente de heterogeneidade e diferenciação dos produtos que marcaram as mudanças estruturais do SAA europeu.

No tocante aos empresários, existe uma questão a ser resolvida, talvez melhor entendida, sobre como desenvolver suas capacidades organizacionais ou de inovação de tecnologia, que

lhes permitam adaptação aos mecanismos de mercado, que, em linha gerias, são muito mais complexos no âmbito da cooperação ou na inter-relação empresarial (NORONHA, 2016).

Nas últimas décadas a maioria das empresas do SAA europeu modificaram suas estratégias para conseguirem aumentar os níveis de exportações dos produtos. Transformaram sua base de decisão do tipo “multinacional”, para o que se pode chamar de “estratégia de decisão global”, com ênfase em unidades produtivas de empresas internacionais que se especializaram em diferentes países e produtos específicos, destinando-os ao mercado internacional (SAUSSOIS, 1994).

Importa dizer que, o conceito de internacionalização é relativamente recente em Portugal, e tem duas formas distintas: a primeira, a integração de empresas portuguesas na formação de grupos europeus, ressaltando que, essa integração requer elevados investimentos português nos mercados estrangeiros no país com a finalidade de explorar a capacidade de consumo no mercado interno, e, ainda neste processo há a exigência de modernizar alguns *commodity systems* (estratégias de globalização), com potenciais consequências nas exportações (NORONHA, 2016).

Nesse contexto, deve ser inserida a reestruturação do complexo agroalimentar, que é um regime caracterizado pela eliminação de obstáculos e rigidez que podem dificultar os processos de crescimento e acumulação, associados aos negócios relacionados ao fornecimento de alimentos, em que as formas organizacionais são orientadas para estruturas globais complexas, malhas ou redes associadas a uma cadeia alimentar cada vez mais fragmentada em atividades, estabelecimentos e processos diferenciados (CABEZA, 2010). É uma rede complexa que visa promover os interesses globais de um pequeno grupo que compõe grandes corporações transnacionais, cada vez mais crescentes, tendentes a governar os diferentes elos da cadeia agroalimentar globalizada. A predominância desses gigantes do negócio agroalimentar levarem à designação desse regime de alimentos como “Império Corporativo” (McMICHAEL, 2001, 2004).

A IAA é um setor estratégico para Portugal, pois é a indústria transformadora que mais contribui para a economia nacional, tanto em volume de negócios, quanto em Valor Acrescentado Bruto (VAB) (FIPA, 2014). O volume de negócios neste setor em 2018 foi de 16,952 milhões de euros no país, uma evolução substancial, pois em série histórica (2010-2018), em 2010 era de 13,913 milhões de euros. Em termos de empregabilidade o setor gera aproximadamente 16% do emprego direta e indiretamente no país (INE, 2019).

Em Portugal o setor agroalimentar é de fundamental importância para a estratégia de crescimento do país, contribuindo exponencialmente para o aumento das exportações, além, de garantir autossuficiência alimentar. Esta indústria ocupa um espaço de relevo na economia portuguesa, não somente pelo seu peso econômico, mas também pela criação de produtos genuínos e frescos, merecedores da confiança dos consumidores. Depois que Portugal aderiu à União Europeia (EU), o setor precisou se adaptar às normas de fabrico e de apresentação, principalmente às regras de rotulagem, de higiene e de aditivos, inclusive no uso de pesticidas.

Produtos agroalimentares portugueses são exportados, em sua maioria, para países vizinhos como, Espanha, Reino Unido e França, como também para países lusófonos, Brasil e Angola, sendo a Espanha o cliente de maior notoriedade, apresentando 30% da produção agroalimentar de Portugal, em 2013 (SOUZA, 2014). No entanto, em 2018 houve um aumento de aproximadamente 6% nas exportações nesse setor, com um volume de 7.119,2 (euro/milhões) (INE, 2019).

Em 2019, Portugal, no âmbito do comércio internacional, registrou, do total de produtos alimentares e bebidas um acréscimo nas exportações de 2,4% em relação ao ano de 2018. O setor Agroalimentar apresentou um aumento das exportações de 6,9 mil milhões de € para 7,1 mil milhões de € (2,4%). Nas importações houve um acréscimo inferior (2,1%, 10,6 para 10,8 mil M€). Os principais produtos responsáveis pela evolução positiva das exportações do setor agroflorestal foram: as frutas, com aumento de mais de 58,4M€, destacando-se os frutos de pequena baga com aumento de mais de 31,1 M€; madeira; carvão vegetal e obras de madeira, estas com mais de 55,1M€; as bebidas; líquidos alcoólicos e vinagres, passando os 53,8M€; hortícolas, mais de 37,6M€; e preparações à base de cereais, com crescimento de mais de 27,1%.

Em termos gerais, no ano de 2019 o total das exportações e das importações de bens aumentou 3,6% e 6,6%, respetivamente, ou seja, mais de 5,1% e de 8,1% em 2018, tendo o déficit da balança comercial de bens aumentado 2.842 milhões de euros. No entanto, comparando dezembro de 2019 com o mesmo mês do ano de 2018, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de mais de 5,4% e mais de 1,2%, respetivamente (INE, 2020).

Nas últimas décadas tem sido observado no Sistema de Abastecimento Agroalimentar (SAA) português, como também em países europeus, um importante processo de transformações e reconvenções estruturais caracterizados, principalmente, por processos de internacionalização, tendentes à concentração empresarial em determinados setores

empresariais, pelo surgimento de novos tipos de agentes econômicos, em especial em etapas de distribuição (CASTAÑE, 1993). Recentemente, foram identificadas tendências de diversificação por parte de vários grupos de investidores (NORONHA, 2016).

2.1.2 O setor agroalimentar: Brasil

No Brasil, o setor agroalimentar se desenvolveu inicialmente, a partir do desenvolvimento rural, ao promover o beneficiamento e a industrialização da produção agroalimentar. Neste setor há uma significativa participação de produtos processados, como o beneficiamento de frutas e hortaliças, a produção de derivados do leite, em particular bebida láctea, o processamento de carnes, dentre outros, garantindo o consumo interno, exportando, além de promover valores agregados e incremento na renda dos agricultores, notadamente na agricultura familiar e suas organizações (MENEZES *et al.*, 2016).

Segundo Cabeza (2010), no coração América do Sul, está localizada a maior plataforma agroexportadora do planeta. Entre Brasil e Argentina, 37,5 milhões de hectares, foram dedicados à agricultura, para obter 105,6 milhões de toneladas de soja. Uma área com produção gigantesca, que se multiplicou por 3,4 e 5,6 respectivamente desde 1980.

Nesse território concentra-se quase a metade da produção mundial de soja (45,6%), destinada principalmente à (80%) para exportação para ração animal e produção de carne na Europa e na Ásia. Desse modo, a capacidade produtiva dos territórios destinatários, como a União Europeia, tem conseguido ir muito além dos limites impostos pelos seus recursos territorial, por meio do apoio à “fabricação de carne” em uma criação sem solo, que ocorre forma intensiva com recursos importados. Para sustentar o modelo alimentar atual e os negócios associados a ela, a sustentabilidade está sendo importada e os custos estão mudando ecológica e socialmente para outros territórios, segundo a *Food and Agriculture Organization (FAO)* (CABEZA, 2010).

No Brasil, os corredores de soja avançam, cada vez mais em direção à Amazônia, e os campos de culturas cultivadas substituem o Cerrado (conhecido também como savana), levando a um processo de desmatamento que tem afetado significativamente uma grande variedade de ecossistemas únicos, dos quais 26 já desapareceram em milhões de hectares nos últimos 10 anos (FAO, 2010). Na Argentina áreas foram afetadas como a selva de Yungas, um sistema ecológico muito frágil, onde o desmatamento já alcançou mais de 70%. Esses processos

implicam, entre outras coisas, não menos importantes, perdas irreversíveis em termos de biodiversidade (CABEZA, 2010).

A esses efeitos somam-se a degradação e perda de solos, o que leva ao seu abandono antes mesmo do declínio da fertilidade, e substituição por novas ocupações, as quais continuam alimentando o modelo de degradação. A perda de fertilidade do solo se traduz em “exportação” de milhares de toneladas de nutrientes naturais incorporados aos grãos que saem dessa plataforma agroexportadora. No biênio 2002-2003, já havia uma estimativa para Argentina, totalizando 4,5 milhões de toneladas de nitrogênio em grãos (PENGUE, 2006).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a fixação biológica do nitrogênio (FBN)⁸ é usada atualmente em praticamente todas as áreas cultivadas com a soja no Brasil, aproximadamente 24 milhões de hectares, resultando em uma economia anual de cerca de 7 bilhões de dólares (EMBRAPA, 2014). O uso desta tecnologia (protetor biológico) no tratamento de semente associado aos inoculantes, incrementa a produtividade e permite maior flexibilidade ao tratamento e plantio (SEI *et al.*, 2019).

Para compensar essa perda, irreversível na prática, os agricultores devem pagar quantias cada vez mais crescentes, como consequência do aumento da aplicação de fertilizantes sintéticos. O custo monetário desta compensação artificial, que culmina numa maior perda de solo, é quase um bilhão de dólares. À medida em que os danos aumentam, os negócios crescem. Por esta via, a transferência de água também adquire dimensões importantes, levando em consideração que o cultivo de soja é altamente exigente deste recurso: cerca de 1.500 litros por quilo de soja. Não surpreendentemente, uma das razões mais importantes para a localização dessa plataforma de soja é poder contar com água de duas das bacias hidrográficas mais importantes do planeta: a Amazônica e o Paranaica, além da presença do Sistema Aquífero Guarani (SAG), um dos três maiores aquíferos do mundo, que cobre mais de um milhão de km². A quantidade de água usada na Argentina e no Brasil para produzir a soja exportada em 2008 (exportação de “água virtual”), anualmente, foi de aproximadamente, mais de quatro vezes o consumo de água na Espanha, incluindo todos os usos (CABEZA, 2010).

A tendência é de aumento e expansão das áreas cultivadas na agricultura brasileira, como no período entre os anos de 2013 e 2017, de acordo com os indicadores da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área colhida anual no país teve um acréscimo de aproximadamente 10% entre 2013 (64,8 milhões

⁸ Bactérias (rizóbios) estabelecem simbiose com raízes de leguminosas, com formação de nódulos, nos quais as bactérias ficam alojadas e realizam o processo de captura e fixação do nitrogênio atmosférico (EMBRAPA, 2013).

de hectares) e 2015 (71,4 milhões de hectares) e um posterior decréscimo para 68,2 milhões de hectares em 2017 (BRASIL, 2020), ou seja, de 2015 para 2017, o decréscimo foi de apenas 3,2 hectares de área supostamente produtiva.

Ainda de acordo com a ANA (2020) e IBGE (2020), em indicadores mais recentes, “dentre as culturas, observa-se uma pequena variação na distribuição das áreas colhidas ao longo do período analisado, com predomínio da soja (45% da área total colhida no país, em média), milho (22%) e cana-de-açúcar (12%).” Toda essa cadeia produtiva, constituída, principalmente pela soja, em larga escala, mas também pela cultura do feijão, milho, cana-de-açúcar entre outros compõe a cadeia do sistema agroalimentar.

Atualmente, o sistema agroalimentar convencional continua sendo bastante questionado “por produzir um enorme passivo ambiental e social, e abriu espaços para a transição da agricultura em direção à adoção de sistemas agroalimentares alternativos considerados mais justos e mais sustentáveis, com adoção de princípios da agroecologia” (ABREU *et al.*, 2019, p. 1).

Na outra ponta, está a agricultura familiar, que, segundo Abreu *et al.* (2019) é protagonista, ou seja, agente de desenvolvimento e consumidor, principalmente em regiões próximas de grandes metrópoles, que constroem redes alternativas (territoriais) de produção e consumo de produtos agroalimentares.

O Brasil é um dos principais países produtores de alimentos, fibras e produtos agroenergéticos do mundo, atendendo a demanda doméstica, e parte do mercado internacional com produtos agropecuários. Ainda, possui grande disponibilidade de recursos naturais e detém uma das mais ricas biodiversidades do planeta. O país também se destaca pelo desenvolvimento tecnológico em agricultura tropical, bem como um número considerável de pequenos, médios e grandes produtores com exponencial capacidade de gestão e empreendedorismo (RODRIGUES *et al.*, 2015).

No Brasil, aproximadamente 80% dos alimentos (arroz, feijão, mandioca, leite) são produzidos pela agricultura familiar, caracterizada pela alta diversidade socioeconômica, ecológica e agrícola e revela, surpreendentemente, uma forte capacidade de adaptação (ABREU, 2005). Atualmente, a agricultura familiar é fortemente inspirada por princípios da agroecologia, resultado especial das políticas públicas de 2003 – 2014 (ABREU, 2018).

A partir dessa época (2003 – 2014) começaram a surgir no Brasil, entidades como o Instituto do Chão, em São Paulo, que inovaram o setor agroalimentar da região, com produção e distribuição de alimentos orgânicos e de base ecológica. Esse instituto tem a participação de

vários profissionais, notadamente, os ainda em formação acadêmica, supervisionados, como sociólogos, engenheiros rurais, agrônomos, biólogos, dentre outros, com participação de vários agricultores familiares.

Na verdade, podemos denominar tais práticas de sistemas de interativos nos quais atuam profissionais da área (agricultura) e consumidor final, buscando, inclusive, a reavaliação de alguns conceitos, como ambiental, cultural e social dos sistemas agroalimentares, com a pretensão de ir além de simples transação financeira-econômica. Essas estruturas permitem ao consumidor a escolha de compra de alimentos saudáveis, com produção sem agrotóxicos, e disponibilidade diária (ABREU, 2019).

Esses tipos de iniciativas são apolíticas, ou seja, não tem vínculo com políticas públicas ou partidárias. No entanto, vale ressaltar que o atual governo brasileiro não tem incentivado o sistema agroalimentar, tão pouco os pequenos e médios agricultores. Ao contrário, tem incentivado o desmatamento da Amazônia, incentivando culturas em meio a mata, como o agronegócio, garimpos – extração de minerais variados. Infelizmente o Brasil tem ocupado um lugar de destaque, a nível global de degradação – não preservação das matas – notadamente na Amazônia, no Pantanal Mato-Grossense e no Cerrado, inviabilizando as culturas de pequeno e médio porte, além de comprometer todos os ecossistemas, meio ambiente e o clima.

Um estudo publicado na revista *Science*, fazendas de gado são “laranjas podres” do agronegócio brasileiro. Indicadores de 2008 a 2019 revelam que 2,4 milhões de hectares desmatados ilegalmente nessas regiões (VEIGA, 2020).

Todo o desmatamento, seguido pela degradação ambiental, compromete a agricultura, a geração de energia, as bacias hidrográficas, promovem a seca, impõe a fome entre outros aspectos negativos, culminando, por conseguinte, na segurança alimentar do Brasil e do mundo, de certa forma.

CAPÍTULO 3 – SEGURANÇA ALIMENTAR NO SISTEMA AGROALIMENTAR

O conceito de segurança alimentar é multifacetado, abrangente, envolvendo vários aspectos quantitativos e qualitativos dos alimentos. Originalmente, este conceito surgiu no pós-segunda guerra, sendo utilizado, principalmente quantitativamente, em função das iminentes ameaças da fome ocasionada pelo conflito que devastou mais de metade da Europa. Com o surgimento de novas tecnologias utilizadas no cultivo e manejo de alimentos, o aspecto qualitativo da segurança alimentar toma forma e se torna cada vez mais o centro de várias discussões internacionais.

O direito humano à alimentação adequada está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948).

No Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no seu artigo 11, detalha tal Direito e propõe mecanismos de operacionalização do mesmo:

Los Estados Partes en el presente Pacto reconocen el derecho de toda persona a un nivel de vida adecuado para sí y su familia, incluso alimentación, vestido y vivienda adecuados, y a una mejora continua de las condiciones de existencia.

1) Los Estados Partes tomarán medidas apropiadas para asegurar la efectividad de este derecho, reconociendo a este efecto la importancia esencial de la cooperación internacional fundada en el libre consentimiento.

2) Los Estados Partes en el presente Pacto, reconociendo el derecho fundamental de toda persona a estar protegida contra el hambre, adoptarán, individualmente y mediante la cooperación internacional, las medidas, incluidos los programas concretos, que se necesitan para: a) Mejorar los métodos de producción, conservación y distribución de alimentos mediante la plena utilización de los conocimientos técnicos y científicos, la divulgación de principios sobre nutrición y el perfeccionamiento o la reforma de los regímenes agrarios de modo que se logren la explotación y la utilización más eficaces de las riquezas naturales. (CDESC, 1966).⁹

Clarificando o conteúdo deste direito humano, o conceito de segurança alimentar consta no Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

[...] o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no

⁹ Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, elaborado em 1999 pela ONU.

âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos [...]. (CDESC, 1999).

Nesse Comentário nº 12, define também que:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não. (CDESC, 1999).

Não resta dúvida de que o direito à alimentação é um dos direitos fundamentais inerentes ao ser humano, conforme preconizado na Declaração de Direitos Humanos desde 1948. Todas essas definições e conceitos, de certa forma, estão sintetizados na definição dada por Valente (2002), sobre segurança alimentar e nutricional. Valente (2002, p. 262) define segurança alimentar e nutricional (SAN) no sentido de garantir

[...] a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Não obstante, a crise alimentar, de certa maneira, é fruto do desenvolvimento desigual da produção agrícola do último século, tendo se agravado nas últimas décadas. E, como mecanismo de segurança alimentar, as políticas públicas de SAN têm o enfoque do alimento como mercadoria em detrimento do fato deste ser uma garantia de soberania alimentar, autonomia, escolha, manutenção da cultura e dos costumes camponeses (LIMA; SAMPAIO, 2015).

A previsão para o cenário global é caracterizada por diferentes elementos, como a crescente escassez de recursos de terra e água, aumento populacional global significativo, com estimativa para 2050 de aproximadamente nove bilhões; níveis crescentes de renda *per capita* e urbanização; aumentos decrescentes de produtividade de determinadas culturas em países desenvolvidos; e estreitamento da relação entre agricultura e produção de energia limpa. Fato é que “a agricultura mundial se encontra sob forte pressão para garantir segurança alimentar e fornecer energia limpa de forma sustentável” (RODRIGUES *et al.*, 2015).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mostram que será necessário um aumento de

70% na produção de alimentos até 2050 devido ao crescimento da população mundial. Segundo essas instituições, o Brasil é o país com o maior potencial de contribuição no preenchimento dessa demanda adicional de alimentos (SACCARO JÚNIOR; VIEIRA FILHO, 2018).

Em relação à escala local, León (2018, p. 88), diz que:

A segurança alimentar, a nível local, pode aparecer como política de combate à fome, ou como uma série de requisitos que são colocados aos agricultores para que “modernizem”, melhorem sua eficiência produtiva, sejam competitivos no mercado local e principalmente global. A Segurança Alimentar tem essas duas visões principais e, portanto, são orientadas por uma mesma racionalidade econômica, fechada, no sentido de não admitir a inclusão da complexidade dos sistemas Naturais, assim como da relação da existência humana indissociável ao mesmo.

O autor desenvolveu um organograma (Figura 2), detalhando, simplificada, a estrutura do sistema de abastecimento agroalimentar local (SAAL), que, de início, parece ser algo desenvolvido para o combate à fome no Brasil. No entanto, ao observar essa estrutura organizacional, percebe-se uma “teia” de alta complexidade, de tantos caminhos a serem percorridos, que fica de difícil entendimento.

Quando se fala em segurança alimentar, naturalmente associa-se ao mercado, visualiza-se uma imensa rede, de dimensões globais, entrelaçando várias entidades, como Governo Federal, empresas, organizações internacionais (OIs), mercados, sociedade civil e natureza, cada um com suas especificidades e características peculiares, e não se pode esquecer de seus interesses e métodos individuais e específicos para que possam se manter nessa imensa teia global, que se refere ao sistema de abastecimento alimentar (LÉON, 2018).

As instituições que compõem o sistema de segurança agroalimentar (Mercado, Estado, Natureza e OIs), são interdependentes e se complementam nas relações que as envolvem. Sobre aquelas que participam do modelo local, ou seja, de um nível mais amplo no Sistema de Abastecimento Agroalimentar Brasileiro (SSAB) devemos considerar todos os atores envolvidos, seus interesses, políticas e repercussões sociais e ambientais. Em outras palavras, toda essa “teia” complexa, envolvendo todos esses atores, traz, de alguma maneira consequências à sociedade e ao meio ambiente.

Além dessas entidades/atores mencionados, no organograma (Figura 2), evidentemente, existem outras, mas este estudo, não trata de descrevê-las, mas apenas apresentá-las nesse cenário de múltiplas atuações políticas, ambientais e sociais, que, de alguma maneira interagem ou apenas se relacionam. Lembrando, que todas são igualmente importantes no contexto do sistema agroalimentar brasileiro.

E, para melhor compreensão do organograma (Figura 2), León (2018) as descreve sucintamente. No canto superior esquerdo do organograma (em cinza), foram agrupadas as

entidades cronologicamente, e que tiveram um maior destaque até a década de 1990, as mais ligadas ao abastecimento alimentar. Sua importância advém do fato que desse quadro se despreendem a atual, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que até hoje é o órgão responsável pelas políticas de abastecimento nacionais e as Centrais de Abastecimento (CEASAs). Estas últimas foram criadas em 1972 e, em cada estado brasileira existe uma unidade, (MENEZES *et al.*, 2015), sendo a maior delas no estado de São Paulo que abastece todo o estado e outros da federação.

No decorrer dos anos de 1970, foram criadas 21 CEASAs em todo o Brasil e, mesmo assim, todos os esforços do Governo Federal em gerir o abastecimento, não conseguiram contornar as crises recorrentes no país, nessa ordem (MENEZES *et al.*, 2016).

Na cor laranja, foram desenhadas as relações das entidades diretamente ligadas ao Governo Federal, ainda que algumas das entidades não tenham sido demonstradas, como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outras.

Na cor verde foram destacados os Programas principais criados pelo Governo Federal e suas entidades, no âmbito local. Em vermelho, está representando o setor privado e as economias mistas como é o caso da CEASA. No caso de feiras livres, “sacolões”, entre outras, que tenham origem em Programas Públicos, em última instância se tratam de programas que inserem famílias de agricultores no mercado convencional agroalimentar, diferentes dos Programas de Compras Públicas (LÉON, 2018, p. 89).

Os produtores rurais foram incluídos por representarem o cenário de todas as discussões agrárias e por estarem na base das problemáticas da alimentação e dos modelos de produção. Por último, em cor azul, azul estão representadas, a sociedade, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por ser representante dos interesses da sociedade nas políticas de Segurança Alimentar. Além disso, este Conselho está no eixo central do sistema agroalimentar, ou seja, no nível local. A sociedade, destacada em azul, “mesmo com alcance relativo em função da abrangência das demais entidades que atuam nessa porção de sistema agroalimentar” (LÉON, 2018, p. 89).

Vale destacar que o CONSEA, foi criado em 1993, composto por representantes da sociedade civil e por representantes do Governo Federal, com a seguinte proposta:

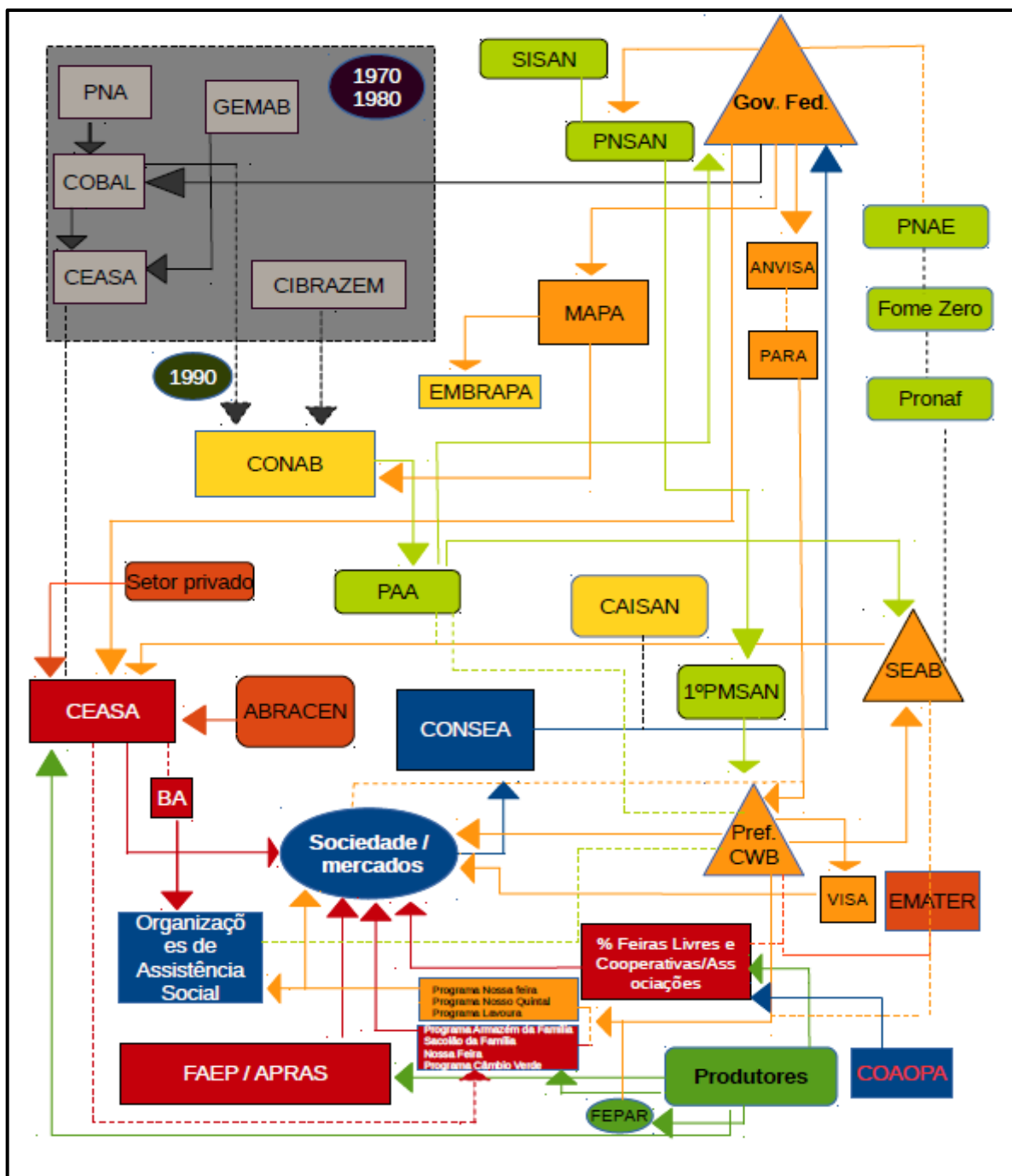
[...] a inserção do tema da fome na agenda pública, a ampliação da participação social na formulação das políticas públicas, a implementação de ações emergenciais, a

influência em programas governamentais (como a descentralização da alimentação escolar) e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994 (MENEZES *et al*, 2016. p. 68).

Apesar das propostas do CONSEA, não somente no Brasil buscavam-se políticas neoliberais, ou seja, a conjuntura global tomava uma direção comum em favor da iniciativa privada e conseqüente redução da ação do Estado. Além disso, a partir de tomada de decisões do CONSEA à época de sua criação, a descentralização dos alimentos destinados aos Programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o fornecimento de alimentos ficou a cargo do setor da agroindústria alimentar (MENEZES *et al.*, 2016).

Apesar da finalidade, ou a natureza do sistema alimentar, nesse emaranhado de entidades e atores, entrelaçados nessa teia complexa, sua trajetória e objetivos (mesmo não muito claros, em médio e longo prazo), estrutura, comportamento, interesses, demandas, mostra um “sistema pautado numa racionalidade econômica, capaz de centralizar os entrelaçamentos e os produtos dessas relações (capital social, econômico, político e ambiental), e moldar e direcionar a continuidade dessas estruturas.” (De PAULA, 2017, p. 136).

Figura 2- Organograma simplificado do sistema de abastecimento agroalimentar local (SAAL). Entidades brasileiras mais destacadas



Fonte: Extraído de LÉON, 2018. p. 90.

E, de acordo com Léon (2018, p. 135), “este sistema ao tempo que circunscreve e conduz para si os componentes estruturais deste arranjo, encaminha suas transformações no sentido dos mercados globais em detrimento dos mercados e bem-estar local (nacional).” Neste sentido, De Paula (2017) cita um exemplo, “[...] além de representarem mudanças no consumo, esses eventos repercutem diretamente sobre os sistemas produtivos nacionais onde é possível a

produção de soja ou a criação animal, direcionada aos mercados globais” (De PAULA, 2017, p. 136).

Ademais, nessa conjuntura, percebe-se uma fragmentação e o afastamento entre produção e consumo, que, segundo De Paula (2017, p. 32), “fez do mercado a instância primordial para a alimentação humana, o qual se propagou para além do espaço local através de uma diversidade de agentes e relações econômicas cada vez mais complexa”.

Numa escala global, esse novo arranjo, imposto pelo capital privado, tem desenhado novos modelos de produção de alimentos, novas práticas alimentares e de hábitos, influenciando as agriculturas locais nos espaços em que se inserem. E, permitindo, concomitantemente, a transferência de hábitos e alimentos entre países, influenciando uma nova tendência estruturante do sistema agroalimentar contemporâneo, o qual se refere à difusão, em escala mundial, do padrão de consumo voltados ao complexo proteico, levando a reestruturação forçosa das agriculturas em muitos países, (De PAULA, 2017).

Em âmbito mundial, tais mudanças alteram o sentido, o tipo de demanda de alimentos, levando à preferência pela “alimentação” industrializada e, conseqüentemente ao aumento de consumo de carne (ESTEVE, 2017; De PAULA, 2017).

Nesse sentido, De Paula (2017, p. 137) diz que:

[...] os alimentos passaram a incorporar mais visivelmente uma identidade industrial. Na esteira da internacionalização do capital industrial e do sistema agroalimentar, empresas agroindustriais passaram a estar no centro do padrão de consumo, criando novos produtos e se apropriando daqueles originalmente providos pela natureza ou processados no âmbito das famílias.

Na verdade, tal afirmativa não se trata de uma regra a ser seguida, ou imposta pelo setor privado, mas acontece naturalmente, como modismo alimentar, e a busca por nichos de mercado. Sobre isso, vale mencionar De Paula (2017), que adverte sobre a apropriação e resgates dissimulados, com relação à qualidade dos alimentos, modelos de produção e sua origem, entre outros aspectos a serem observados. O que percebemos nesse contexto, é a ideia de modernidade e progresso, com a utilização de instrumentos, meios de processamento de alimentos (industrializados), por meio de maquinários e agroquímicos. Sendo assim, ao que parece, sob essa ótica, a produção rural independe de fatores climáticos, de boa qualidade de solo, mas, sim de incorporação de progresso técnico embutido em novos insumos e equipamentos, segundo De Paula (2017, p. 28-29).

Tudo isso se resume numa questão básica, ou seja, na segurança alimentar, no âmbito do sistema agroalimentar, sem mencionar a mudança de padrão referente à insegurança alimentar, que poderia ser acrescentado o uso excessivo de agrotóxicos, além da utilização

intensiva e desmedida de recursos naturais, principalmente os recursos hídricos, que estão no tripé do modelo da agricultura brasileira, que nos últimos anos tem favorecido fortemente a degradação ambiental.

3.1 Uso de agrotóxico: ameaça à segurança alimentar

O Brasil, é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, aumentando cada vez mais. O Acetato e a Atrazina são, o 3º e o 7º agrotóxico mais vendido no Brasil, respectivamente, enquanto na UE desde 2003/2004 estão proibidas. O 2,4D é o segundo agrotóxico mais vendido no Brasil. Para se ter uma ideia, em 2014 foram comercializadas 36.514 toneladas (BOMBARDI, 2017, p. 260-262).

A utilização e aplicação de agrotóxicos no solo traz consequências para a saúde humana, pois podem contaminar o solo e os sistemas hídricos, resultando em uma degradação ambiental e alterações no ecossistema, muitas vezes, irreversíveis (VEIGA *et al.*, 2006).

Os agrotóxicos (pesticidas) usados indiscriminadamente, podem contaminar os lençóis freáticos subterrâneos por meio da lixiviação da água e da erosão causadas no solo, e pode também ocorrer contaminação superficial, em função da intercomunicabilidade dos sistemas hídricos, atingindo longas distâncias, podendo comprometer, inclusive, o abastecimento de água nos centros urbanos (BRIGANTE, 2002; FOSTER *et al.*, 2006; VEIGA *et al.*, 2006).

Sobre o uso de agrotóxico nos produtos agrícolas, em Portugal, os que mais recebem herbicidas e pesticidas são as culturas de tomate, batata inglesa, morango e, principalmente as de uvas, (Rubi e Itália) que são pulverizadas, em média, com 40 aplicações, da brotação até à época da colheita (INE, 2019).

Diante do exposto, entende-se ser indispensável uma governança ambiental efetiva de todos os países signatários de Tratados, Acordos e outros instrumentos internacionais voltados ao meio ambiente, destacando Brasil e Portugal, os quais, como tantos outros, têm grandes desafios a serem enfrentados, mas a gestão de instrumentos com eficiência e qualidade é imprescindível. Até porque, como mencionado anteriormente, o setor agroalimentar depende de um desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente de políticas públicas ambientais e, principalmente de gestões efetivas.

Em 2015, Portugal rejeitou alimentos provenientes do Brasil, devido às irregularidades causadas por uso de pesticidas Ometoato, (0,03 mg/kg) em mangas; Clorfenapir (0.017 mg/kg - ppm) em mamões papaia, produtos proibidos na UE) (GONÇALVES, 2016).

O acompanhamento das notificações das irregularidades identificadas nestas situações, que causam risco à saúde pública, podem ser rastreadas através do portal do sistema de controle transfronteiriço, Sistema de Alerta Rápido para Alimentos e Rações (RASFF) (GONÇALVES, 2016).

Esses produtos também são proibidos no Brasil. No entanto, de acordo com as leis brasileiras, não havia nenhuma irregularidade com esses limites estabelecidos, pois os resíduos eram considerados “satisfatórios” para consumo humano, nas proporções residuais identificadas.

Interessante destacar o trabalho de Larissa Miles Bombardi, professora e geógrafa da Universidade de São Paulo (USP) que, a partir de seus dois pós-doutoramentos, publicou a obra “Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexão com a União Europeia”, em 2019. Estes estudos mostram a disparidade de uso desses produtos entre Brasil e União Europeia (EU), como demonstram os exemplos (Tabela 1).

Tabela 1 - Limites máximos de resíduos de agrotóxicos aceitos no Brasil e na UE

Alimentos	Tipo de agrotóxicos	Limites na EU (mg/kg)	Limites no Brasil (mg/kg)	Quantas vezes o limite no Brasil é maior em relação à UE
Arroz	2,4D Herbicida	0,10	0,20	2
Soja	2,4D Herbicida	0,05	1,00	2
Soja	Glifosato Herbicida	0,05	10,00	200
Milho	Atrazina Herbicida	0,05	0,25	5
Citros	Acefato Inseticida/Acaricida	0,01	0,20	20
Feijão	Malationa Inseticida/Acaricida	0,02	8,00	400

Fonte: Adaptado de BOMBARDI (2019).

Esses produtos também podem ser encontrados na água potável, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Limite máximo de resíduos tóxicos em água potável (UG/L)

Tipo de agrotóxicos	Limites na EU (mg/kg)	Limites no Brasil (mg/kg)	Quantas vezes o limite no Brasil é maior em relação à UE
---------------------	--------------------------	------------------------------	--

2,4D	0,1	30	300
Herbicida			
Clorpirifós	0,1	30	300
Inseticida/Acaricida			
Diuron	0,1	90	900
Herbicida			
Mancozebe	0,1	180	1.800
Fungicida/Acaricida			
Tebuconazol	0,1	180	1.800
Fungicida			
Glifosato	0,1	500	5.000
Herbicida			

Fonte: Adaptado de BOMBARDI (2019).

A indústria agroalimentar portuguesa se incumbiu de melhorar os sistemas de segurança alimentar, o que refletiu na confiança dos consumidores (internos e externos) como também de novos mercados, apostando na imagem de seus produtos, investindo consideravelmente no setor.

Já há algum tempo, discussões vêm acontecendo em todo o mundo, sobre o uso de agrotóxicos na agricultura. Raquel Carson (1962), em sua obra “Primavera Silenciosa”, foi uma das primeiras a denunciar os perigos dos “venenos agrícolas”, coletando dados em diversas pesquisas e evidências científicas, sobre os danos que esses produtos causam à saúde humana e ao meio ambiente.

A autora, destaca, dentre tantos, os problemas causados pelos “venenos agrícolas”, dois desses grandes problemas: a utilização de agrotóxicos normalmente por pessoas sem instrução, sem preparo, estimulando seu potencial danoso; e o uso das substâncias precede estudos e investigações conclusivas sobre seus efeitos ao homem e ao meio ambiente (CARSON, 2011, p. 28).

Viganó (2018, p. 26-27), exemplifica o perigo do risco invisível dos agrotóxicos combinado com o despreparo do agricultor, citando a revista alemã *Der Spiegel* (1984, nº 50, p. 119), citada por Beck (2010, p. 32), relata o uso do DDT no Sri Lanka e em Trinidad na década de 1980:

Um especialista em desenvolvimento relata o manuseio imprudente com pesticidas, no caso, no Sri Lanka: ‘o DDT é espalhado com a mãos, as pessoas ficam polvilhadas de branco’. Na ilha caribenha de Trinidad (1,2 milhão de habitantes), foram registrados no ano de 1983 um total de 120 casos de morte por pesticida. Um fazendeiro: ‘se você não passa mal depois da pulverização, é porque não pulverizou o bastante.’

No Brasil, ainda existem políticas públicas que incentivam o comércio e o uso de agrotóxicos em larga escala, por influência de deputados e senadores pertencentes à chamada “bancada ruralista” que compõem o Congresso Nacional. São exemplos, o custo irrisório de

registro de produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (entre R\$ 180,00 a R\$ 1.800,00), além da isenção, na maioria dos estados brasileiros, do Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS). Porém, essa ‘tecnologia’ agrícola, como mostram diversos estudos, ao mesmo tempo que gera crescimento econômico, provoca riscos ao meio ambiente e à saúde humana (ALBUQUERQUE, 2018; JOBIM *et al.*, 2010; LOPES).

Autores abordam que, independentemente do grau de toxicidade, é importante destacar que a intoxicação pode ocorrer de forma direta, com mais frequência, observada em trabalhadores rurais que preparam/manejam e aplicam esses produtos, muitas vezes, sem a devida orientação técnica; ou de forma indireta, no consumo de alimentos (notadamente frutas, hortaliças e leguminosas), como também na água com resíduos de agrotóxicos (SILVA; GONÇALVES NETO, 2017).

Os resíduos tóxicos deixados nos alimentos por esses produtos, são marcados pelas próprias características dos riscos advindos da modernização, inerentes da sociedade de risco. Além de ser universal, segundo Vaz (2015, p. 27) a existência de um “risco alimentar global, e intertemporal, o risco alimentar proveniente da ingestão de alimentos com agrotóxicos é marcado por sua completa invisibilidade.”

Sendo assim, o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos representa um risco à segurança alimentar do consumidor, constituindo um grande problema de saúde pública (BORGUINI; TORRES, 2006, p. 71). Por isso, é imprescindível o monitoramento de resíduos de agrotóxicos, na cadeia alimentar, para que se a população tenha acesso a produtos que não coloquem sua saúde em risco (BOGUSZ JUNIOR *et al.*, 2004, p. 1594).

Além dos agrotóxicos, a variabilidade climática também é um fator que compromete a segurança alimentar no mundo todo. Nesse sentido, Wheeler e Braun (2013), dizem que é provável que a variabilidade climática e os eventos extremos influenciem, sobremaneira, na segurança alimentar mundial de um modo geral, em especial, nas áreas que já são, naturalmente, vulneráveis à fome e à desnutrição. Para essas áreas, será necessário e imprescindível vultuosos investimentos para adaptação e mitigação, principalmente no que se refere ao acesso à água potável e ao uso de novos conhecimentos. Sendo assim, a manutenção da capacidade produtiva será fundamental na segurança alimentar.

Traçando um paralelo entre Brasil e Portugal, sobre (in)segurança alimentar, Vieira *et al.* (2013, p. 2), relatam que no “Brasil, 30,2% das famílias vivem em insegurança alimentar e, em Portugal, mesmo sem contabilizar a insegurança, 18,0% de seus habitantes encontram-se em risco de pobreza.” E, dizem ainda que:

No Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é o atual documento que visa assegurar o acesso universal ao alimento. Portugal, devido à sua inserção na União Europeia, norteia-se pelo Segundo Plano de Ação Europeu para Política de Alimentação e Nutrição, da WHO, mas também pelo Plano Nacional de Saúde, atualizado periodicamente. Pautados pela intersetorialidade, os países apresentam ações relativas à SAN comuns, como aquelas relacionadas ao combate à obesidade, ao incentivo ao aleitamento materno, à prevenção de deficiências nutricionais e promoção de ações de educação alimentar em meio escolar, enquanto que, especificamente no Brasil, encontram-se estratégias relativas ao combate à desnutrição e, em Portugal, aquelas ligadas à indústria e à produção de alimentos seguros. Com relação à abordagem acerca da SAN, são verificadas distinções: a SAN é mais amplamente discutida pela política brasileira, enquanto que, em Portugal, o tema encontra-se implícito nas diversas ações de alimentação e nutrição (VIEIRA *et al.*, 2013, p. 1-2).

Na verdade, é possível observar, de modo geral, que o mundo todo vive sob pressão da (in)segurança alimentar, por vários motivos, como já mencionado, e, atualmente, com um agravante, o COVID-19¹⁰, que assombrou o mundo todo. Algo inimaginável, talvez agora, por essa pandemia, a população mundial esteja ainda mais vulnerável em relação à segurança alimentar, seja por intoxicação, seja por contaminação ambiental (terra, água, florestas), e quem sabe, pela escassez de alimentos.

¹⁰ Doença provocada pelo vírus SARS-Cov-2 ou 2019-nCov, popularmente conhecido como coronavírus, que se tornou pandêmica em 2020.

CAPÍTULO 4 – CONTEXTO INTERNACIONAL: BRASIL-PORTUGAL – ACORDO UE – MERCOSUL

Historicamente os dois países passaram por fases ditatoriais – Portugal com redemocratização na década de 1980 e o Brasil, finda o regime militar em 1985, ambos com novas perspectivas e oportunidades no estreitamento das relações luso-brasileiras.

Os luso-brasileiros se inserem num sistema internacional reestruturado a partir do fim da Guerra Fria, “caracterizados por polaridades indefinidas e trabalhados pelas forças centrípetas da globalização e centrífugas da fragmentação.” Num mundo reconfigurado pela globalização, “preservar e ampliar instâncias baseadas nas afinidades, contribuir para o espaço da multipolaridade, realçar a importância da paz, da democracia, dos direitos humanos, do comércio e dos investimentos é do interesse geral e especificamente do Brasil e Portugal” (LAFER, 2018, p. 1125).

Brasil e Portugal, por uma série de fatores, por exemplo, reposicionamento estratégico de ambos no cenário internacional, (Portugal na Comunidade Europeia; Brasil com a consolidação da democracia), fortaleceram-se no plano bilateral e multilateral, com destaque para os papéis do Brasil e de Portugal nas relações no Mercosul e na União Europeia, respectivamente (LAFER, 2018).

4.1 Acordo União Europeia e MERCOSUL

Em 28 de junho de 2019 foi firmado, após 20 anos de negociação, um Acordo de Associação entre União Europeia e Mercado Comum do Sul MERCOSUL, representando, “um marco histórico no relacionamento entre UE e MERCOSUL”, que juntos, segundo nota dos ministérios da Economia e das Relações Exteriores do Brasil, representam aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com alcance de cerca de 780 milhões de pessoas. Em nota, o governo brasileiro se pronunciou dizendo que “[...] *em momento de tensões e incertezas no comércio internacional, a conclusão do acordo ressalta o compromisso dos dois blocos com a abertura econômica e o fortalecimento das condições de competitividade.*”

O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, afirmou:

Meço cuidadosamente as minhas palavras quando digo que este é um momento histórico. Em meio às tensões comerciais internacionais, estamos enviando hoje um

forte sinal aos nossos parceiros do Mercosul de que defendemos o comércio baseado em regras. Por meio desse pacto comercial, os países do Mercosul decidiram abrir seus mercados à UE. Obviamente, esta é uma ótima notícia para as empresas, os trabalhadores e a economia de ambos os lados do Atlântico, economizando mais de € 4 bilhões em impostos por ano. Isso o torna o maior acordo comercial que a UE já concluiu. Graças ao trabalho árduo e paciente de nossos negociadores, isso trouxe resultados positivos para o meio ambiente e os consumidores. É isso que torna este acordo um acordo em que todos ganham (CONSELHO da União Europeia, 2019).

Um dos argumentos deste acordo, UE-MERCOSUL, é que o comércio não deve incorrer na despesa com o meio ambiente ou com as condições de trabalho. Ao contrário, deve promover desenvolvimento (MOURA, 2019). No seu texto, consta um capítulo sobre o comércio e desenvolvimento sustentável, onde sinaliza que os dois lados concordam em buscar sua relação comercial de maneira que contribua para o desenvolvimento sustentável, com base em seus compromissos multilaterais nas áreas de trabalho e meio ambiente. A sociedade civil também está incluída neste acordo, a qual desempenhará um importante papel para garantir que esses compromissos sejam mantidos.

O acordo celebrado abrange uma população de 780 milhões e cimentará as estreitas relações políticas e econômicas entre a UE e os países do Mercosul. Representa um compromisso claro de ambas as regiões com o comércio internacional baseado em regras e dará às empresas europeias uma importante vantagem inicial num mercado com um enorme potencial econômico. Servirá de base para importantes reformas econômicas e modernizações em curso nos países do Mercosul. O acordo mantém os mais altos padrões de segurança alimentar e proteção do consumidor, bem como o princípio da precaução para segurança alimentar e normas ambientais e contém compromissos específicos sobre direitos trabalhistas e proteção ambiental, incluindo a implementação do acordo climático de Paris e regras de execução relacionadas.

Em síntese, este, especificamente, representa um acordo de livre comércio, com eixos temáticos definidos, discorrendo sobre 22 áreas de atuação: 1) acesso tarifário ao mercado de bens; 2) regras de origem; 3) medidas sanitárias e fitossanitárias; 4) barreiras técnicas ao comércio (com um anexo automotivo); 5) defesa comercial; 6) salvaguardas bilaterais; 7) defesa da concorrência; 8) cooperação aduaneira; 9) facilitação de comércio; 10) antifraude; 11) serviços e estabelecimento; 12) compras governamentais; 13) propriedade intelectual (com anexo de indicações geográficas); 14) solução de controvérsias; 15) integração regional; 16) diálogos; 17) empresas estatais; 18) subsídios; 19) anexo de vinhos e destilados; 20) temas institucionais, legais e horizontais; 21) comércio e desenvolvimento sustentável; e 22) pequenas e médias empresas (MOURA, 2019).

Sobre a proteção ao meio ambiente, no texto do acordo, tem atenção especial, garantindo que o comércio de recursos naturais (produtos florestais, pesca e vida selvagem) deve ser baseado em princípios sustentáveis, com o objetivo de evitar a comercialização de produtos obtidos ilegalmente, e também promover a conservação da biodiversidade.

A UE proíbe a venda de produtos extraídos ilegalmente, como a madeira. Os importadores devem tomar todas as precauções, fazer “diligências” que garantam que a madeira de importação, inclusive do Mercosul, não tenha sido obtida por qualquer forma ilegal. Além disso, nas regras estabelecidas pela UE e Mercosul, há o compromisso de combater a extração ilegal e promover o abastecimento de madeira de florestas, ao mercado (interno e externo) de forma sustentável.

O acordo busca promover a efetiva implementação de vários acordos multilaterais na área ambiental assinados pela UE e Países do Mercosul, como o Acordo de Paris, *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* (CITES), sobre o Comércio de Animais Selvagens, que impõe um sistema de licenciamento para autorizar toda importação e exportação de espécies às quais se aplica.

Com relação ao clima (proteção climática), a UE e o Mercosul se comprometem a implementar, o “Acordo Climático de Paris”, concordando em cooperar nos aspectos climáticos do comércio entre os dois lados. No “Acordo de Paris” constam algumas propostas, entre elas, uma promessa do Brasil em reduzir até 2025 sua rede emissões de gases de efeito estufa em 37% em comparação com Níveis de 2005; ação para impedir o desmatamento ilegal, incluindo a Amazônia brasileira; uma promessa da UE de reduzir o seu nível interno emissões em pelo menos 40% até 2030 (MOURA, 2019).

A produção agrícola, em linhas gerais, causa possíveis impactos ao meio ambiente, seja por emissão e uso de agrotóxicos, pesticidas entre outros contaminantes. Sendo assim, o comércio de produtos agrícolas, esses impactos ambientais refletem no comércio de produtos agrícolas como carne bovina e soja, os quais devem ser vistos no seguinte contexto: 1) Países do Mercosul já exportam 200 mil toneladas de carne bovina para a UE por ano. A UE cobra direitos sobre essas importações. 2) Segundo o acordo, a UE permitirá 99.000 toneladas de carne bovina entrar na UE com um imposto de 7,5%. 3) Os valores acordados não levarão a um aumento significativo na produção do lado do MERCOSUL. O Brasil sozinho já produz 11 milhões de toneladas de carne todos os anos e a cota acordada ainda será dividida entre os quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). 4) Com relação à soja, o acordo altera as

tarifas da soja e da farinha (que já estão zeradas); a UE importa atualmente uma grande parte de sua soja do Estados Unidos (MOURA, 2019).

Além desses aspectos, já implícitos no Acordo UE e MERCOSUL, outros também foram estabelecidos, como cadeias de suprimentos responsáveis e ambos, apoiarão a disseminação e uso de instrumentos internacionais relevantes, como a “Declaração Tripartite da OIT” de princípios relativos às empresas multinacionais e sociais (Política, o Pacto Global da ONU, os Princípios Orientadores da ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos e as Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.

Ínsito no Acordo, também está a proteção dos Direitos Humanos e comunidades indígenas, dos direitos trabalhistas, seguindo as determinações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), determinando, inclusive, a extinção do trabalho infantil e trabalho forçado, liberdade de associação e o direito à negociação coletiva. Além disso, tanto a UE quanto países do MERCOSUL, assumiram compromissos sobre saúde e segurança no trabalho e inspeção do trabalho. Aliás, é bom que se mencione, que todas essas regras já constam na legislação brasileira vigente, inclusive expressamente na Constituição Federal Brasileira de 1988. Todos os países que compõem o MERCOSUL, têm normas internacionais de trabalho ratificadas, incluindo todas oito convenções fundamentais da OIT, com exceção de uma para o Brasil, devido a restrições constitucionais.

Não resta dúvida, de que este acordo comercial, diante de sua importância, tem impacto na economia dos países signatários, com o estabelecimento do livre-comércio, alcançando, o diálogo político e de cooperação entre todos os envolvidos.

Para o MERCOSUL, foi um Acordo que encerra 20 anos de prática de uma política de comércio isolacionista, representando, de certa maneira, um novo horizonte para o bloco regional, que há muito estava praticamente estagnado, nas relações internacionais e internas.

4.2 Brasil

As relações do Brasil com outros países sempre estiveram associadas ao potencial agroexportador do país, ou seja, as relações brasileiras com as nações estrangeiras se davam de acordo com os interesses do mercado externo sobre os produtos agrícolas nacionais (açúcar, café, cacau, algodão, entre outros), e, por outro lado, à dependência brasileira dos produtos industrializados das nações já desenvolvidas. Somente após a II Guerra Mundial o Brasil passou

a ter algum poder de decisão sobre suas medidas quanto ao mercado externo. No entanto, as relações diplomáticas brasileiras ficavam restritas aos países industrializados e, somente na década de 1930 que o país começou a ter autonomia no mercado externo, diminuindo sua dependência de produtos industrializados. Ainda assim, ficava à mercê da hegemonia de alguma potência mundial (Estados Unidos da América e Inglaterra) (FABER, 2015).

Desde o regime militar que o Brasil (1964-1985) vem atuando para se posicionar no cenário internacional, principalmente no âmbito do comércio exterior. Se colocou em vários “tabuleiros de atuação internacional”, principalmente após à ditadura, em organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), em fóruns multilaterais de diálogo, como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA) (FONSECA, 2011), também conhecido como G-3, ou nas reuniões do BRICs, grupo que, anteriormente, reunia Brasil, Rússia, Índia e China. Hoje BRICS, com a entrada em 2011 da África do Sul (*South Africa*), no referido grupo.

Nos governos anteriores (mais recentes) o Brasil intensificou o diálogo bilateral nas relações com diversos países da União Europeia, como França, Alemanha e Portugal, tornando-se mais expressivo, diplomaticamente, inclusive nos continentes asiático e africano (FREIRE, 2011). Houve, então, o que é perceptível atualmente, uma dinâmica no contexto internacional, contribuindo para a (re)formulação da política externa nacional o que refletiu, de certa forma, positivamente nas condições externas e internas nas condições econômicas do país (FONSECA, 2011).

No entanto, a política externa, mesmo agregando alguns valores internacionalmente, ainda assim, o Brasil não se posicionou efetivamente, notadamente no que diz respeito ao mercado externo. No contexto interno, há que se ressaltar a pobreza e a extrema desigualdade, o tímido crescimento econômico, dada as atribulações políticas ocorridas nos últimos anos no país, inclusive, afetando significativamente a definição e o reconhecimento do Brasil no sistema internacional (FONSECA, 2011).

As crises econômicas e políticas no Brasil vêm se arrastando por décadas, com tímidas melhoras entre 2006 e 2013, com arranjos econômicos dos governos que se sucederam, e ao final de 2016 uma grande crise política se instalou no país, retardando ainda mais os poucos avanços conseguidos, principalmente no que diz respeito ao mercado internacional. As exportações tiveram um declínio de 12,0%, enquanto as importações aumentaram em 1,2%, com redução do saldo comercial de US\$ 29,8 bilhões para US\$ 3,9 bilhões. Tanto em termos

de troca quanto a demanda mundial declinaram em razão da desaceleração econômica mundial (PAULA; PIRES, 2017).

Para reverter o déficit comercial, estimular o crescimento econômico e colocar o Brasil em níveis de competitividade com o mercado externo, o Governo Federal, propôs uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), em 1991, alternativa do ideário liberal, e nesse contexto, dentre tantas ações propostas, o governo lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, o qual ganhou espaço nas políticas públicas nacional. Tal programa pautou em compra de alimentos e sementes da agricultura familiar para serem doados a entidades socioassistenciais, como também a famílias em situação de vulnerabilidade social, ou ainda, para a constituição de estoques reguladores estratégicos (MENEZES *et al.*, 2015).

Este programa também trouxe contribuições para o desenvolvimento rural, promovendo beneficiamento e industrialização da produção agroalimentar, visto que, contou (e ainda conta) com a participação de produtos processados no programa (panificados, beneficiamento de frutas e hortaliças produção de derivados de leite, principalmente bebidas lácteas). Além desses produtos, dá-se destaque ao beneficiamento de carnes (bovina, suína e aves). Lembrando que no Brasil, em Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008/2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste período, apontou que a carne bovina apresenta o maior nível de consumo domiciliar per capita (17,035 kg), seguido pela carne de frango (13,020 kg) e por último, a suína (5,552 kg) (BRASIL, 2010).

Ainda na indústria agroalimentar no Brasil, notadamente no setor de carnes, houve mudanças significativas, tanto para consumo domiciliar, como para exportação, nos produtos dentro de cada agregado. Como em outros países, houve aumento da importância das partes processadas (carne bovina, suína e aves), que trouxeram praticidade ao consumo das carnes. O destaque está na carne de frango, pois, houve um aumento considerável no consumo de todos os processados (peito e coxa de frango), e, por isso, foi registrada uma queda acentuada no consumo do frango inteiro. Presume-se que as mudanças no padrão de consumo interno de carnes se devem em boa parte às transformações socioeconômicas e demográficas no Brasil nas últimas décadas (TRAVASSOS; COELHO, 2017).

Além desses, posteriormente, o governo brasileiro instituiu o Plano Brasil Maior (PBM), que trata da desoneração das exportações, com intuito de conter as importações e a queda da competitividade do setor industrial, sendo essas medidas voltadas, majoritariamente para o mercado interno (PEROBELLI *et al.*, 2017). Atualmente, com o setor agrícola do país representando a maior parte da balança comercial, em termos de exportação, ocupa uma posição

de destaque no comércio internacional de produtos agrícolas, no tocante à segurança alimentar (BUAINAIN *et al.*, 2014; FAO, 2012; SANTOS *et al.*, 2016).

Em meio a tantas turbulências no cenário político brasileiro, refletindo, conseqüentemente, na economia nacional e internacional, o setor agrícola brasileiro tem se desenvolvido, com implantação de novas tecnologias e com isso, exercido papel importante ao garantir o abastecimento do mercado interno, valores recordes nas exportações, contribuindo significativamente para a geração de divisas. Entretanto, a dinâmica da economia nacional tem se mantido dependente do aumento das exportações do agronegócio, como também da conquista por novos mercados internacionais (CONTINI, 2014; SANTOS *et al.*, 2016).

Em 2017, o Brasil teve uma recuperação na economia de 1%, devido a vários fatores que contribuíram, destacando-se a política monetária que se mantém cada vez mais expansionista, a safra agrícola expressiva e com resultados positivos na balança comercial, num contexto internacional bastante favorável (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

No Brasil, como também em outros países, historicamente a base econômica, sempre se pautou na agroexportação de *commodities* e alimentos, determinando que, pelo menos no país, “a falta de alimentos fosse compensada pelas importações. Isto sempre representou um grande problema, pois influencia diretamente nos preços, e, portanto, no poder de compra do consumidor.” Boa parte da concentração corporativa do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG) no Brasil se encontra no agronegócio. E é um setor em franca expansão de capital, cada vez mais concentrado no poder político e econômico (De LEON, 2018).

Importa mencionar Kume *et al.* (2004), do setor de planejamento e políticas públicas do IPEA/UERJ, que já à época, analisaram o Acordo UE – MERCOSUL, pontualmente, quanto ao impacto das “ofertas sobre o comércio exterior brasileiro”, que entenderam como um “desequilíbrio” no referido Acordo:

Não há justificativa econômica para a ideia de que um acordo de livre comércio deva gerar um balanço equitativo de ganhos entre as partes, mas sim permitir que estas explorem suas vantagens comparativas respectivas, induzindo as economias a uma maior especialização e a uma alocação mais eficiente de seus recursos.

Nesse sentido, o fato das estimativas de ganhos para a União Europeia superarem em 40% as projetadas para o Brasil não constitui algo que deva ser considerado indesejável ou inesperado. No entanto, esta análise, baseada nas ofertas feitas por ambas as partes, realizada a nível de produto, indica claramente um desequilíbrio causado, fundamentalmente, pela insuficiência de liberalização no setor da agroindústria pela União Europeia.

Este aspecto – negativo para o Brasil – está refletido em alguns dados da lista de ganhos do Brasil: a) metade dos ganhos estimados para os produtos agropecuários elaborados concentra-se em um único produto, o etanol. Como já foi comentado, as exportações brasileiras eram muito baixas em 2002 e as quotas oferecidas bem elevadas, o que explica esse destaque. No entanto, as concessões de magnitudes tão

elevadas só puderam ser feitas porque existe uma demanda futura pelo produto na União Europeia, que terá que ser suprida basicamente por importações;

b) as estimativas de ganhos para as exportações brasileiras de carne bovina e de frango são inexpressivas. No primeiro caso, as quotas-tarifárias ofertadas ao Brasil (em um volume proporcional à sua parcela nas exportações do Mercosul) correspondem ao que já era exportada extraquota, em 2002. Portanto, o ganho a ser obtido é apenas relativo a um preço mais alto, possível de ser praticado dentro de uma quota com tarifa reduzida;

c) vários produtos importantes na pauta de exportação da agroindústria brasileira sequer aparecem individualmente na Tabela 6, ou por serem agrupados com outros, gerando, ainda sim, ganhos pouco expressivos, ou por não terem sido contemplados com alguma oferta. As limitadas ofertas feitas pela União Europeia aos produtos brasileiros de origem agropecuária permanecem sendo um fator que inviabiliza a exploração da complementaridade econômica entre os países do Mercosul e o bloco europeu.

De fato, os resultados obtidos para o Brasil e a União Europeia indicam que a denominação de “acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia” não é apropriada. Trata-se, em relação a bens, da negociação de dois acordos distintos: um de liberalização bastante abrangente para produtos industrializados, e outro de uma liberalização bastante restrita, para os produtos de origem agropecuária. Esse desequilíbrio seria provavelmente agravado se o setor de serviços tivesse sido incluído nesta avaliação (KUME *et al.*, 2004, p. 13-14).

Recentemente, o Prof. Dr. Filipe Vasconcelos Romão, em comentário sobre este Acordo – UE e MERCOSUL, no que tange o Brasil, explica que:

O acordo entre a União Europeia e o Mercosul é, assim, um enorme desafio para as duas partes. Qualquer abertura comercial implica consequências negativas para algumas corporações e agentes econômicos nacionais. Os sectores mais competitivos de cada um dos lados serão, obviamente, beneficiados, mas a reconversão parcial é inevitável sobretudo para as pouco competitivas economias argentina e brasileira. Também será necessário olhar para os detalhes – letra pequena – do acordo, nomeadamente no que respeita ao gradualismo da sua entrada em vigor, às exceções e à forma como lida com as denominadas “barreiras técnicas” (muito mais difíceis de contornar do que simples impostos sobre a importação). Outro aspecto a ter em conta é o processo de ratificação e a forma como as políticas internas farão uso deste processo (ROMÃO, 2019, s.p.).

Entende-se que, este Acordo em linhas gerais, não é tão favorável ao Brasil, quanto para a UE. O Acordo parece bastante complexo, envolvendo vários aspectos, como previsão de isenção de tarifas (estimativa de 81,7%) de produtos agrícolas brasileiros (p. ex. frutas, suco de laranja, café instantâneo) como também peixes, crustáceos e óleos vegetais. O restante, (17,7%), destinado a outros produtos (p. ex. açúcar, carne e etanol), no Acordo prevê outras formas de tratamentos, como cotas estipuladas.

Além disso, também está previsto no texto, o Acordo de Paris, sobre o clima, onde os países signatários, se comprometem a limitar a emissão de gases na atmosfera, e ajuda financeira dos países ricos aos países pobres, inclusive oferta de serviços e tecnologia, além do compromisso de adotarem energias renováveis. No entanto, ainda é preciso que os países partes ratifiquem o acordo.

Atualmente, o governo brasileiro tem se mostrado bastante contraditório, ou seja, um discurso e uma prática. Por exemplo, o atual presidente do Brasil, foi um dos 40 líderes convidados para discursar na reunião – “Cúpula dos Líderes sobre o Clima”, realizada em 22-23 abril de 2021. No discurso o então presidente prometeu reduzir a emissão de gases e pediu ajuda financeira, zerar o desmatamento da Amazônia até 2030, fortalecer os órgãos ambientais, aumentando recursos para fiscalização, buscar *neutralidade climática* até 2050, com antecipação em dez anos. Esse discurso foi recebido pela comunidade internacional com certo ceticismo.

Pois bem, imediatamente no dia seguinte, o então presidente, foi assinado um Decreto-Lei, sancionando o orçamento para 2021, reduzindo, drasticamente os recursos destinados várias áreas essenciais, como saúde, educação, inclusive para o meio ambiente, na casa de bilhões de reais. O que o então presidente discursa, promete a nível internacional, não cumpre.

O problema do desmatamento no Brasil é algo inimaginável. A pandemia tomou proporções gigantescas, comprometendo e saturando todo o sistema público de saúde. Mortes que poderiam ser evitadas, mas pelo descompasso, ingerência, ausência de logística, inercia do poder público, em meio a tudo isso, o presidente veta milhões de reais em áreas essenciais. Diante disso, que é público e notório, quem sabe se o governo brasileiro irá, pelo menos pensar na importância desta reunião - “Cúpula dos Líderes sobre o Clima”.

4.3 Portugal

Em Portugal, passada toda a instabilidade política e econômica, num passado recente, atualmente o país vive um outro ciclo da história com reformas estruturais, com estabilidade e eficácia, seja na educação, na saúde, indústria, na agricultura, e acima de tudo com rentabilidade, e principalmente, o êxito na política externa. Portugal deixou de ser, e estar, num “terceiro mundismo” para se posicionar como parte integrante do primeiro mundo (PINHEIRO, 1988).

“É, portanto, na base de um Portugal renovado, reencontrado consigo próprio, cioso da sua história e da sua cultura, defensor da democracia e liberdade, unido perante o exterior, em fase de desenvolvimento acelerado – econômico e social - que hoje temos de raciocinar” (PINHEIRO, 1988).

A descolonização constituiu um dos primeiros desafios da política externa de Portugal, já no regime democrático. No entanto, ao mesmo tempo que transcorre a descolonização,

Portugal ultrapassou o isolamento internacional do fim do Estado Novo e estabeleceu relações com países do bloco soviético e do terceiro mundo, como o Brasil. No entanto, “opção europeia” foi a grande novidade da política externa do regime democrático português e, em 1976 o país entrou no Conselho da Europa e, em 1977, aderiu definitivamente à Comunidade Europeia, assinando o Tratado de Adesão, em 1985, tornando membro de pleno direito da Comunidade Europeia, em 1986 (FREIRE, 2017).

Portugal se firmou em sua estratégia, ou seja, o triângulo Continente-Açores-Madeira, foi por um bom tempo a guarda avançada da defesa norte-americana no Atlântico, e de outra parte, a plataforma mais importante para o reforço do pilar europeu da NATO. Assim, Portugal se põe nesse contexto, como verdadeiro elo entre as bases americana e europeia, com uma importância estratégica tanto maior quanto mais importantes se tornarem os meios não nucleares de defesa e segurança (PINHEIRO, 1988).

Historicamente, quando em 1974, Portugal passou a ser uma democracia, no Brasil, ainda se vivia um período ditatorial. No entanto, não podemos fazer uma avaliação sobre tal diferença como um obstáculo na relação entre os dois países, como não fora quando Portugal vivia uma ditadura e o Brasil, à época era um regime democrático (FONSECA, 2010). Antônio de Oliveira Salazar, então primeiro ministro de Portugal, Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, mantiveram boas relações, e, em certa medida, Kubitschek, se mostrava um defensor das políticas de Salazar, apoiando, inclusive, a política colonial de Portugal. No entanto, a revolução portuguesa despertou algumas desconfianças no Brasil, houve, à época, “uma reação negativa de amplos setores da emigração portuguesa e uma reação positiva de muitos setores da oposição à ditadura” (GONÇALVES, 2003).

Dois anos mais tarde, após a revolução portuguesa, pairava certa inquietação, por parte do Brasil, sobre os territórios portugueses na África, porém, em 1976 as relações luso-brasileiras iriam começar a fluir, e, em 1978, com as instituições políticas portuguesas começando a funcionarem dentro da normalidade foi possível conferir também certa ordem às relações com o Brasil, com a visita do então Presidente de Portugal, António dos Santos Ramalho Eanes, ao Brasil, em maio daquele ano (FONSECA, 2010).

Em 1986, Portugal apresentava todas as condições para aderir à Comunidade Europeia, e desde então não faltou à agricultura portuguesa uma gama de apoios estruturais, capazes de revigorar o setor. É certo que os fundos de apoio aos produtos portugueses nunca se assemelharam aos que os países do centro da Europa obtiveram” quando, em tempos áureos da Política Agrícola Comum (PAC), foi possível financiar produções de laticínios e cereais. Além

dos fundos de apoio à agricultura e, indiretamente ao setor agroalimentar, Portugal também se beneficiou de fundos estruturais direcionados para o desenvolvimento regional e, mais especificamente, para o setor industrial e infraestruturas, como também de um instrumento financeiro para orientação das pescas (NORONHA, 2016).

No período de 1994 a 1999, foram verificados impactos significativos em Portugal, durante o primeiro “programa-quadro” de financiamento Europeu, no qual a participação do Alentejo no Valor Acrescentado Bruto (VAB) da produção nacional descreveu acentuadamente, e tanto a região Norte, como o Centro reforçam sua contribuição para o crescimento do país. A região de Algarve registrou crescimento, resultando num Produto Interno Bruto (PIB) regional mais elevado do que a média nacional, mas acompanhado por um VAB bastante baixo. Essa situação análoga deveria ter despertado a atenção de gestores políticos regionais, uma vez que estava demonstrado um nítido crescimento dependente de turismo e não estruturado numa base econômica diversificada. De outro lado, no período posterior (2000-2006), a região de Lisboa e Vale do Tejo, que tinham se beneficiado daqueles incentivos no período anterior, perdeu a elegibilidade a partir de janeiro de 2000, pois atingiu um valor do PIB regional superior a 75% da média comunitária. No entanto, esta região foi qualificada para receber uma assistência transitória até início de 2006 (NORONHA, 2016).

Ressalta-se, que Portugal, em termos territoriais, é um Estado europeu médio, numa Europa de Estados de pequena e média dimensão (demográficos e territoriais) e, mesmo, no domínio econômico, inserido numa Europa, que segundo Brito (2005), “tende a perder peso em termos globais”, mesmo que este processo possa ser reversível, tende a perder peso demográfico, com possíveis consequências nas políticas migratórias, fiscais e de prestação serviços públicos. Além disso, tenderá a perder peso econômico, em razão de países emergentes como a China, Índia e Brasil e outras potências de dimensões continentais.

Por outro lado, o Brasil ocupa um lugar especial na ação externa portuguesa, pelo seu peso específico global, por ser a maior economia da América do Sul, com representatividade na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Brasil e Portugal estão incluídos no mecanismo das “Cimeiras Ibero-Americanas, um fator de ligação bilateral, permitindo atuar com facilidade, como agentes de aproximação no relacionamento entre União Europeia e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Ambos os países desempenham papéis semelhantes no que se refere às relações entre África e União Europeia (BRITO, 2005).

Neste contexto, percebe-se que existem diferenças significativas entre os Estados, na sua organização interna e recursos de poder que seu comportamento e ações no sistema internacional. Apesar de igualmente soberanos, nem todos terão os mesmos potenciais de atuação, ocupando diferentes posições relativas na hierarquia de poder no cenário mundial (PECEQUILO, 2008).

Segundo VIZENTINI (2002), os pequenos Estados, geralmente incapazes de conduzir uma diplomacia autônoma, acabam servindo aos interesses das grandes potências, geralmente contra potências médias ascendentes, como também, servem como elemento legitimador, pois, normalmente, são eles que apresentam propostas polêmicas que interessam aos seus grandes aliados.

Pode-se exemplificar neste contexto, o caso Brasil colônia de Portugal, ou seja, quando Portugal se apropriou das terras brasileiras, extraindo, por longo tempo, minerais de alto valor, como o ouro (entre outros minerais), com a finalidade de expansão comercial do reino português. Outros produtos (nativos) também foram explorados, como o Pau Brasil (hoje praticamente extinto), para serem comercializados na Europa, expandindo, por consequência, a atuação de Portugal no comércio marítimo.

Portugal aumentou suas exportações de bens em 8,6% e as importações tiveram um decréscimo de 1,3%, em 2018, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). E, no Brasil, a soma das exportações e importações, cresceu 13,7% em 2018, segundo o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Importa mencionar que Brasil e Portugal fazem parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituída pelo Tratado de Marrakesh, assinado em Marrocos, em 15 de abril de 1994, com principal objetivo de atuar como um fórum de negociações e acordos com intuito de reduzir obstáculos no comércio internacional.

Recentemente, entrou em pauta na OMC a discussão sobre comércio internacional e meio ambiente. A partir de 1995, quando a organização entrou em vigor, a mesma tem avançado na aplicação de sanções contra países que, na produção comercial, prejudicassem, de alguma maneira, o meio ambiente.

Desde a sua entrada em vigor, em janeiro de 1995, a organização tem avançado na aplicação de sanções contra países que, na produção comercial, prejudicam de alguma forma o meio ambiente. Nesse sentido, a OMC tem um papel relevante como vetor para se alcançar os objetivos, em especial, se as metas e objetivos forem apresentados com base no artigo XX do GATT, que estabelece as exceções aos princípios do livre comércio.

A discussão envolvendo o meio ambiente e o comércio internacional surge na constituição do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) trazendo as exceções comerciais em razão de critérios ambientais (artigo XX). No entanto, o sistema GATT não pretendeu evitar as disposições de proteção ambiental em si; os acordos existentes restringiam quaisquer medidas que distorcessem ou limitassem o livre comércio. Sendo assim, “uma medida ambiental que não seja discriminatória entre os países e entre os produtores domésticos e estrangeiros é perfeitamente aceita pelo sistema” (WAINCYMER, 2014).

Entre as medidas negociadas pelo GATT, na defesa de políticas de livre comércio estão a política de isonomia entre os países-membros (art. I); a política de tratamento nacional, que permite que os produtos estrangeiros tenham o mesmo tratamento que os produtos nacionais quando internalizados (art. III); a política de vedação de restrições quantitativas e de leis proibitórias de importação (art. XI); e a “política de permissibilidade de imposição de tarifas desde que haja um comprometimento com a redução tarifária gradual” (VIEIRA *et al.*, 2014).

Com relação à agricultura, em 2017, na Conferência da OMC na Argentina, foi um dos mais sensíveis a serem discutidos, sendo um dos temas centrais o Acordo sobre Agricultura (AA). E, no âmbito dessa discussão, foi criada uma organização dos grandes países exportadores de alimentos, denominado “Grupo de Cairns”, formado na Austrália, composto por países como a África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia, Uruguai e Vietnã, sendo o Brasil um dos seus principais membros (RODRIGUEZ, 2017).

No tocante ao meio ambiente, no preâmbulo do Acordo Constitutivo da OMC “reconhece o desenvolvimento econômico dos Estados, desde que o aumento da produção e do comércio de bens, permitam ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável e buscando proteger e preservar o meio ambiente e incrementar os meios para fazê-lo, de maneira compatível com suas respectivas necessidades e interesses segundo os diferentes níveis de desenvolvimento econômico (OMC, 1994).

Esses objetivos devem estar em consonância com os princípios de um sistema multilateral de comércio aberto e não discriminatório e, ao mesmo tempo, protegendo o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável (QUAGLIA, 2012). Esse posicionamento tem sido exigido dos membros da OMC em termos de transparência,

previsibilidade e não discriminação. Além disso, as diretrizes da instituição no que tange aos acordos específicos, como o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio e o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (RODRIGUEZ, 2017).

No que diz respeito ao mercado de alimentos, segundo PEREZ-CASSARINO (2012), países europeus e os Estados Unidos da América (EUA) não cumprem as regulações da OMC, subsidiando seus mercados desde à produção até à sua distribuição, impondo sobre o restante do mundo a sua lógica e racionalidade, estruturadas num sistema centralizador, da gestão da natureza e seus recursos, assim como o do setor agroalimentar.

No que se refere às questões agroalimentares, cada vez mais processos de enfrentamento e construção de alternativas aos padrões atuais de organizações neste setor, se multiplicam, notadamente na agricultura familiar e camponesa, articulados em organizações e movimentos sociais que reivindicam políticas efetivas de desenvolvimento, que fortaleçam sua produção e escoamento, principalmente no mercado internacional. Mas, que a diversidade de produção seja adequada às suas culturas e realidades locais e num ambiente sustentável (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Quanto à posição de Portugal no Acordo UE – MERCOSUL, o Prof. Dr. Felipe Vasconcelos Romão, explica que:

Para Portugal, o acordo constitui uma oportunidade. Contrariando todos os entraves do protecionismo brasileiro, um conjunto de empresas exportadoras portuguesas tem conseguido vingar no Brasil. As afinidades históricas e culturais e uma comunidade enraizada (o famoso “mercado da saudade”) têm conseguido vencer tarifas alfandegárias, impostos federais, estaduais e municipais. Recentemente, tive oportunidade de ser testemunha da pujança do sector alimentar português numa das principais feiras de retalho do Brasil, organizada pela Associação Paulista de Supermercados (APAS) em São Paulo. Vinhos, bacalhau, chocolates ou azeites portugueses destacavam-se mesmo em comparação com produtos como os espanhóis ou os franceses. A crise ensinou-nos a exportar mais e melhor e esse efeito, felizmente, prolongou-se no tempo.

O potencial deste acordo não se esgota na possibilidade de vender mais barato aos brasileiros e, desta forma, poder concorrer em condições ligeiramente mais próximas das dos argentinos ou dos chilenos (com quem o Mercosul já tem um acordo de livre-comércio). Se aplicado com seriedade, poderemos estar perante um novo modelo de relacionamento que altere definitivamente o quadro mental dos agentes económicos e que crie oportunidades para as empresas dos dois lados do Atlântico. Este efeito poderá ser importante para despertar atenções para uma área ainda pouco associada a boas oportunidades e o Brasil poderá ser uma verdadeira porta de entrada na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.

Todo o saudável ruído em torno deste futuro acordo pode ainda alertar os mais distraídos para os acordos que já o são no presente: a EU (e por extensão Portugal) já conta com cinco tratados de livre-comércio com a América Latina que abrangem quase 20 Estados e 300 milhões de consumidores (ROMÃO, 2019).

E, com pouco ou nenhum empenho dos Estados-membros, principalmente por parte dos países desenvolvidos, a não ser discursos, sobre vários temas, entre eles, o livre comércio, o

meio ambiente, notadamente à redução de emissão de gases na atmosfera, o que segundo especialistas, tem mudado significativamente o clima em todo o planeta. Essas questões, refletem nos problemas agroalimentares, que buscam soluções rápidas, principalmente, se considerarmos os cenários atuais impactados pela pandemia. Por outro lado, para Portugal, o Acordo UE – MERCOSUL, foi, de alguma forma, satisfatório, uma vez que seus governantes estão atentos e colocando o País, de fato, entre os mais competitivos internacionalmente, o que não acontece com o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de revisão bibliográfica, procurou-se discutir e refletir sobre as relações Brasil e Portugal no sistema agroalimentar, sua gênese, instituições, mecanismos, além de suas normas estabelecidas, e ações de ambos os países neste setor.

Ao longo do estudo foi observado o quão complexas são as relações internacionais, e as políticas externas, em amplos sentidos, mas, de maneira particular no setor do agronegócio, na expansão da produção e distribuição de alimentos de ambos os países.

De um lado, o Brasil com dimensões continentais, ao contrário de Portugal, localizado entre Espanha e oceano Atlântico. Portugal, com sua economia maior centrada no turismo, busca alternativas de produção alimentar, e vale dizer, que nos últimos anos, apesar dos desafios econômicos e territoriais reduziu, significativamente, o uso de pesticidas, tem conseguido desenvolver uma agricultura, relativamente sustentável, com pouca expansão. Ao contrário do Brasil que é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos, o que é lamentável, pois o Brasil dispõe, de grande biodiversidade, que figura entre as maiores do mundo.

É preciso pensar e repensar sobre segurança alimentar, pois, o mundo depende, cada vez mais de alimentos, e a soberania alimentar tem que prevalecer. Paralelo a isso, a nível local e global, as relações internacionais e as políticas externas, através de seus governantes, precisam ser adequadas à realidade de cada nação.

Nesse sentido, percebeu-se que o Sistema Agroalimentar, ou seja, a maneira como se organiza a produção, distribuição e consumo de alimentos faz parte do sistema econômico com uma ótica acumulativa e que, embora a natureza influencie o desempenho econômico, o alimento tem sido tratado como mercadoria, esquecendo-se que ele compõe um fenômeno biocultural. Diante disso, tem-se, hoje, a prevalência do modelo industrial terciário, no qual os serviços influenciam 50% no valor dos produtos, inferindo-se que o Sistema Agroalimentar participa do mundo do comércio.

A pesquisa destacou que, embora Portugal tenha um setor agroalimentar no qual predominam pequenas e médias empresas, 71,6% da produção advêm das médias e grandes empresas. Viu-se também que o setor retalhista passou a transformar produtos para venda e que, portanto, as grandes empresas concorrem de forma desleal com os retalhistas menores, visto que aquelas adquirem funções de grossistas. Assim, as transnacionais governam elos da cadeia agroalimentar globalizada criando um império corporativo.

A pesquisa concluiu também que a IAA portuguesa é estratégica para o país, uma vez que é a indústria transformadora que mais contribui para a economia nacional em volume e valor bruto. Ela garante o aumento das exportações e autossuficiência alimentar. Passou por adaptações às normas de fabrico e apresentação, das regras de rotulagem até o uso de pesticidas quando da integração de Portugal à EU.

O trabalho pode notar que a maior plataforma agroexportadora se localiza entre Brasil e Argentina, com uma área de 37, 5 milhões de hectares e produção de 105,6 toneladas de soja que configuram metade da produção mundial, sendo que 80% dessa produção é exportada para ração animal e produção de carne na Europa. No Brasil, essa produção de soja avança sobre o Cerrado e sobre a Amazônia, além de provocar degradação e perda de solos, declínio da fertilidade, exportação de nitrogênio e demais nutrientes naturais.

Nesse sentido, a EMBRAPA destaca o uso de FBN em grande parte das áreas cultivadas com soja no Brasil e maiores investimentos em fertilizantes sintéticos. A transferência de água foi vista como alarmante, pois cada quilo de soja utiliza 1500 litros de água e, por isso, grande parte da produção se encontra nas Bacias Hidrográficas Amazônica e Paranaica, além do uso do Sistema Aquífero Guarani.

Porém, destacou-se a agricultura familiar como a grande responsável pelo abastecimento alimentar, inspirada em princípios agroecológicos com o auxílio de políticas públicas estabelecidas no Brasil entre 2003 e 2014. Também há Sistemas Interativos com atuação ativa dos profissionais da área e consumidores finais, reavaliando conceitos como ambiente, cultura, e social, reavaliando também os sistemas agroalimentares, indo além do econômico-financeiro, com a participação de Institutos e organizações apartidárias.

Diante disso, a pesquisa chegou a segurança alimentar do Sistema Agroalimentar. Ela começou a ser pensada pós Segunda Guerra, sobretudo quantitativamente, uma vez que o conflito devastou a Europa. O caráter qualitativo passa a ser analisado com o advento de novas tecnologias para cultivo e manejo. Fato é que a segurança alimentar precisa ser discutida e analisada no âmbito das Relações Internacionais, visto que na DUHD e em demais documentos internacionais como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a alimentação figura como direito fundamental, dificultado pela crise alimentar resultante do desenvolvimento desigual da produção e comercialização agrícola e do fato do alimento ser visto como mercadoria.

Percebe-se que há um afastamento entre produção e consumo, transformando o mercado na instância primordial para a alimentação humana, criando um padrão alimentar,

predominantemente, industrializado que alia o uso de agroquímicos e processamento de alimentos à ideia de modernidade e progresso.

Nesse sentido, a agricultura brasileira se baseia no tripé questionável da utilização de agrotóxicos, uso desmedido dos recursos naturais e agro exportação. Sendo que o Brasil é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos que podem contaminar direta e indiretamente os indivíduos, bem como o solo, a água e o ar. O uso dos agroquímicos não afeta apenas a segurança alimentar qualitativa, mas as Relações Internacionais, uma vez que, os agroalimentos brasileiros, por exemplo, já foram rejeitados por Portugal devido às irregularidades. Estudos comprovaram o quanto o limite de uso de agrotóxicos no Brasil é superior ao da UE.

A Industria Agroalimentar portuguesa tem buscado melhorar o sistema de segurança alimentar, enquanto no Brasil, registro de agroquímicos na ANVISA tem custo irrisório e sua compra tem isenção de ICMS em alguns estados, estimulando o uso. Conclui-se que o desenvolvimento econômico é privilegiado em detrimento do ambiente e da saúde humana. Dado comprovado também pela porcentagem de insegurança alimentar no Brasil que chega a 30% e de pessoas em risco de pobreza em Portugal, que chega a 18%.

Nesse sentido, no âmbito das Relações Internacionais, em 2019 foi assinado o Acordo de Associação entre UE e Mercosul, destacando que o comércio não deve incorrer em despesa com o meio ambiente e condições de trabalho e sim, promover o desenvolvimento sustentável. Isso dá vantagens às empresas da UE, devido ao seu potencial e serve de base para reformas em curso nos países do MERCOSUL. O acordo apresenta altos padrões de segurança alimentar e normas ambientais, objetivando também evitar a comercialização de produtos ilegais, conservando a biodiversidade.

O acordo também destaca a proteção dos Direitos Humanos, comunidades indígenas, direitos trabalhistas, segundo as normas da OIT. UE e MERCOSUL assinaram, cabendo aos respectivos blocos cobrar posturas governamentais fiscalizadoras e legislativas dos países membros. Assim, além de garantir o livre comércio, diálogo político e cooperação, o acordo estimula o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. S.; BELLON, S.; TORRES, T. Z. Agroecologia em redes sociotécnicas: inovação social para um novo modelo de agricultura familiar? **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, vol. 56, 2018.

ARRAES, M. A. M. S. **Tramas do olhar: americanismo, Guerra Fria e a emergência de um novo regime visual no Brasil entre 1945 e 1964**. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

ATAÍDE, A. F. R. Portugal-Brasil: uma análise das relações políticas e económicas (1991-2013). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2016. 127p. (p. 8-9).

BATTISTELLA, D. **Théories des Relations Internationales**. 2 ed. Paris: Presses de Science Po, 2006.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOGUSZ JUNIOR, S. *et al.* Contaminação por compostos organoclorados em salsichas hot-dog comercializadas na cidade de Santa Maria (RS), Brasil. **Ciência Rural**, v. 34, n. 5, p. 1593-1596, 2004.

BONANNO, A. La globalizacion agro-alimentaria: sus características y perspectivas futuras. **Estudios de Sociologia**, v. 9, n. 1, p. 31-53, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. ISBN:978-85-7506-310-1.

BORGUINI, R. G.; SILVA TORRES, E. A. F. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.

BOYD, W.; PRUDHAN, W. S.; SCHURMAN, R. A. Industrial dynamics and the problem of nature. **Society & Natural Resources**, v. 14, p. 555-570, 2001. Disponível em: <http://scottprudham.org/wp-content/uploads/2017/01/Industrial-Dynamics-and-Nature.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008/2009**. Aquisição alimentar domiciliar per capita Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 49-60.

BRASIL. **Uso da água na agricultura de sequeiro no Brasil (2013-2017)**. Agência Nacional de Águas/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: ANA, 2020.

BRIGANTE, J. *et al.* **Avaliação ambiental do rio Mogi-Guaçu**: resultados de uma pesquisa com abordagem ecossistêmica. São Carlos: Rima, 2002.

BROWN, C.; AINLEY, K. Understanding International Relations. 3 ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005. *In*: FONSECA, C. S. R. S. **O Brasil na política externa Portuguesa, 1976-2007**. Entre a retórica e a concretização. [Mestrado]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. 129p. (Capítulo 1. p. 16).

CAE – **Classificação Portuguesa das Atividades Econômicas**. Revisão 3. Ano da Edição, 2007. 311p. Disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

CABEZA, M. D. El Sistema Agroalimentario Globalizado: impérios alimentarios y degradacion social y ecologica. **Revista de Economia Crítica**, v. 10, p. 32-61, 2010.

CASON, J.; POWER, T. J. Presidentialization, Pluralization and the rollback of Itamaraty: Explianig change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 116, n. 4, p. 611-636, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CDESC. Comentário Geral nº 12. O direito humano à alimentação. *In*: VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**. Desafios e conquistas. 1 ed. São Paulo, Cortez Editora, 2002. pp. 261-272.

CRUBELLATE, J. M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A. A. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. esp, p. 37-60, 2004.

CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5 n. 2, p. 22-38, 2010.

CRUZ JUNIOR, A. S. da. **O sistema internacional pós Guerra Fria - política externa republicana e a sociedade civil mundial na era da globalização** (Documento de Trabajo n.36). Montevideo: Universidad ORT Uruguay. Facultad de Administración y Ciencias Sociales. Disponível em: <https://dspace.ort.edu.uy/bitstream/item/2810/documentodetrabajo36.pdf>

DE LEÓN, L. P. M. V. **O sistema de abastecimento agroalimentar local: entre mercado e segurança alimentar**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. 175p.

DE PAULA, N. M. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017. 226p.

DOYLE, M. *Liberalism and World Politics*. **The American Political Science Review**, v. 80, n. 4, p. 1151-1169, 1986.

FABER, M. E. E. **Relações internacionais do Brasil: dependência e busca por autonomia**. (2015). Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/relainter1.htm>. Acesso em: 03 jan. 2020.

FAO. The state of food insecurity in the World 2012. **Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition**. Rome: Food Agriculture Organization, 2012.

Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentar (FIPA). Indicadores e perspectivas. (2014) Disponível em: www.anilact.pt/documentos.deloitte001. Acesso em: 01 dez. 2019.

FONSECA, C. Brasil. In: FREIRE, M. R. (Coord.). **Política Externa**. As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 399p. Capítulo 4. pp. 97-124.

FONSECA, C. S. Motivations versus performance: Brazil in Portuguese foreign policy (1976-2007). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 53, n. 2, p. 49-69, 2010.

FONSECA, C. S. R. S. **O Brasil na política externa Portuguesa, 1976-2007**. Entre a retórica e a concretização. [Mestrado]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. 129p. (Capítulo 1. pp. 13-16).

FOSTER, S.; Hirata R.; Gomes, D.; D'Elia, M.; Paris, M. **Proteção da qualidade da água subterrânea: um guia para empresas de abastecimento de água, órgãos municipais e agências ambientais**. São Paulo: SERVIMAR, 2006.

FREIRE, M. R. (coord.) **Política Externa**. As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 399p. p. 97-99

FREIRE, M. R.; VINHA, L. Política externa: modelos, atores e dinâmicas. In: FREIRE, M. R. (coord.) **Política Externa**. As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. (Capítulo 1, pp. 13-54).

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system. **Sociologie Ruralis**. Vol.19, nº 2, 1989. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>> Acesso em: abr. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIACOMETTI, D. C. **Ervas condimentares e especiarias**. São Paulo: Ed. Nobel, 1989. p.11-43.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GOMICHO, M. *Joseph Nye on Soft Power*. p.1-5, mar 8, 2013. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/03/08/joseph-nye-on-soft-power>. Acesso em: mar 2021.

GONÇALVES, M. S. **Uso sustentável de pesticidas**. Análise comparativa entre a União Europeia e o Brasil. [Tese Doutorado]. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Ciências, 2016. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23971/1/ulsd072867_td> Acesso em: 06 dez. 2019.

GONÇALVES, W. S. **O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

HERMANN, C. In: NEACK, L. **The New Foreign Policy. Power Seeking in a Globalized Era**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2008, p. 9.

HILL, C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003. p. 3.

Instituto Nacional de Estatística (INE). **Informação Estatística**. Dados Estatísticos. Principais Indicadores. 2014-2019. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic> Acesso em: 01 dez. 2019.

Instituto Nacional de Estatística (INE). **Agricultura com resultado positivo**. Dados relativos ao Comércio Internacional mostram aumento das exportações, 2019. Disponível em: <<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=dados-relativos-ao-comercio-internacional-mostram-aumento-das-exportacoes-da-agricultura>> Acesso em: 15 abr. 2020.

JOBIM, P. F. C.; NUNES, L. N.; GIUGLIANI, R. *et al.* Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate. **Ciênc. Saúde Colet.**; 15(1):277-288, 2010.

KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. **Chichester: Princeton University Press**, 1984.

KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and Interdependence in the Information Age*. **Foreign Affairs**, 77(5), pp.81-94, 1998.

KUME, H.; PIANE, G.; MIRANDA, P.; CASTILHO, M. **Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia**: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro. Novembro, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6357859.pdf>. Acesso em: fevereiro 2021.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018. pp. 829-830.

LEÓN, L. P. M. **O sistema de abastecimento agroalimentar local**: entre o mercado e segurança alimentar. [Dissertação de Mestrado]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. pp. 2-4.

LACOMBE, P.; MALASSIS, L. Nourrir les hommes. **Études rurales**, nº133-134, 1994. Littoraux en perspectives. pp. 209-210.

LEMOS, L. Brazilian Congress and Foreign Affairs: Abdication or Delegation?. **Global Economic Governance Programme**, pp. 1-24, junho 2010. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/196319/1/GEG-WP-058.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. Brazilian Congress and Foreign Trade Policy. **Conferência da Latin American Studies Association**. Chicago, Illinois, setembro 1998. pp. 1-29. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Soares-Santos.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Segurança alimentar nutricional: uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA** Fortaleza, Brasil, v. 9, n. 2, p. 93-110, jul./dez. 2015. p. 94.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUER, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, V. 42, N. 117, P. 518-534, abr-jun 2018.

McMICHAEL, P. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, Volume 11, pp. 269-303 July. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242023885_Global_Development_and_The_Corporate_Food_Regime. Acesso em: abr. 2020.

McMICHAEL, The impact of globalisation, free trade and technology on food and nutrition in the new millennium. **Proceedings of the Nutrition Society**, 60, 215–220, 2001. Disponível em: [www.cambridge.org/core>article](http://www.cambridge.org/core/article). Acesso em: abr. 2020.

MENDES, P. E. As relações internacionais como ciência social: dialética entre história e teoria. In: SOUSA, F.; MENDES, P. E. (coord). **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Afrontamento, 2014.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico**. Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, 2016. pp. 79-83.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 4 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2008. 215 p.

MORAVCSIK, A. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, 51 (4), 1997. pp. 513-553.

MORGENTHAU, H. Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace. 7 ed. Nova Iorque: Mc Graw Hill, 2005. In: ATAÍDE, A. F. R. **Portugal-Brasil: uma análise das relações políticas e económicas (1991-2013)**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2016. 127p.

MOURA, A, B. O impacto do Acordo Mercosul-União Europeia para o Brasil. **Revista Consultor Jurídico**, 3 de julho de 2019.

NAREDO, J. M.; KLINK, A. F. (eds.) **Economía y poder. Megaproyectos, recalificaciones y contratos**. Lanzarote: Editora Fundacion Cesar Manrique, 2009. 232p.

NASCIMENTO, M. L. do. Do mal-estar em Freud ao mal-estar em Bauman. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NORONHA, T. **Setor agroalimentar em Portugal**. Conjunturas e abordagens recentes. Lisboa: Edições Silabo, 2016. 228p.

NYE, J. S. *The Future of Power*. **Issues and Insights**, vol.11, nº 8, Honolulu, HI, March 2011.

OLIVEIRA, D. H.; RAMOS, R.; GIAMBIAGI, F. **O crescimento da economia brasileira 2018-2023**. Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social (BNDES), 2018. 61p.

ORGANIZAÇÃO MUNCIAL DO COMÉRCIO. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio**. (1994). Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2020.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, 31 (89), 125-144, 2017.

PECEQUILO, C. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, Vozes, 2008. 246p.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede ecovida de agroecologia**. [Tese de doutorado]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. 479p.

PEROBELLI, F. S.; BETARELLI JÚNIOR, VA. A.; VALE, V. A.; CUNHA, R. G. Impactos Econômicos do Aumento das Exportações Brasileiras de Produtos Agrícolas e Agroindustriais para Diferentes Destinos. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 02, p. 343-366, Abr./Jun. 2017.

PINHEIRO, J. D. **Grandes eixos da política externa no Portugal de hoje**. CDN/88, 18 fevereiro de 1988. 25p.

PINTO, D. J. A. **O *smart power* como um novo projeto de poder na esfera internacional: uma análise do brasil e sua inserção internacional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2016. 352p.

QUAGLIA, M. L. A. **A efetividade dos julgados da OMC em matéria ambiental: uma análise à luz da teoria Construtivista**. Belo Horizonte: Arraes, 2012. 234 p

RASTOIN, J-L. Les multinationales dans le système alimentaire. **Revue Projet**, n. 307, 2008. Pp. 61-69.

RODRIGUEZ, G. (org.) **A organização mundial do comércio e suas novas estratégias**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2017. 72p.

ROMÃO, F. V. **Mercosul e União Europeia: parceiros compatíveis?** 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/opiniao/mercosul-e-uniao-europeia-parceiros-compativeis/>. Acesso em: fevereiro 2021.

RUGGIE, J. G. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. **International Organization**, Vol. 52, Nº 4, 1998, pp. 855-885. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f665/d21512cabb953cab79d9748f4f9b7041e03.pdf>? Acesso em: 22 jun. 2020.

SACCARO JÚNIOR, N. L.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Agricultura e sustentabilidade: esforços brasileiros para mitigação dos problemas climáticos**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 7.

SCOTT, W. R. Institutional Theory: Contributing to a Theoretical Research Program. In: SMITH, K. G.; HITT, M. A. (eds.) **The Process of Theory Development**. Oxford UK: Oxford University Press, 2004. (pp. 1-47). Disponível em: <<http://docshare01.docshare.tips/files/23333/233333690.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2020.

SANTOS, R. Redes de Produção Globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, 8: 127-141, 2011.

SANTOS, L. P.; AVELAR, J. M. B.; SHIKIDA, P. F. A.; ARVALHO, M. A. Brazilian agribusiness in international trade. **Revista de Ciências Agrárias**, 39(1): 54-69, 2016.

SAUSSOIS, J-M. *La grande entreprise industriel fin de siècle*. Sciences Humaines, nº. 41, 1994. In: NORONHA, T. **Setor agroalimentar em Portugal**. Conjunturas e abordagens recentes. Lisboa: Edições Silabo, 2016. pp. 137-171.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, 9, 49-87, 1998. Disponível em: <nc-moodle.fgv.br/.../docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf> Acesso em: 01 dez. 2019.

SEI, F. B.; SOUCHIE, E. L.; RIBEIRO NETO, M.; JAKOBY, I. C. M. C. Efeito do tratamento antecipado de sementes de soja com inoculantes e protetor biológico na produtividade em duas safras de cultivo. **Anais da XIX RELARE/EMBRAPA**, Junho 2019. p. 32.

STEIN, A. A. Neoliberal Institutionalism. In: **The Oxford Handbook on International Relations**, pp. 201–221. Edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal. New York:

Oxford University Press, 2008. Disponível em: www.grandstrategy.net/articles.pdf. Acesso em: jul. 2020.

TADEN, F. A proteção do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento econômico (parte 1). **Boletim de notícias ConJur**. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-04/ambiente-juridico-protecao-meio-ambiente-desenvolvimento-economico>.

TEIXEIRA, N. S. Entre a África e a Europa: a Política Externa Portuguesa, 1890-2000. In: PINTO, A. C. (Coord). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004. p. 87-116.

THEYS, S. Introducing Constructivism in International Relations Theory. **E-International Relations**, Feb. 23, 2018. Pp. 1-4..Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/02/23/introducing-constructivism-in-international-relations-theory/>. Acesso em: jul. 2020.

TRAVASSOS, G. F.; COELHO, A. B. Padrão de substituição entre carnes no consumo domiciliar do Brasil. **RESR**, Piracicaba/SP, vol. 55, nº 02, pp. 285-304, abr./jun. 2017.

VAZ, C. **Direito do consumidor à segurança alimentar e responsabilidade civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002. 272p.

VEIGA, M. M.; SILVA, D. M.; VEIGA, L. B. E.; FARIA, M. V. C. Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, vol.22 nº.11 Rio de Janeiro, p. 2391-2399, Nov/2006.

VEIGA, E. **Desmatamento da Amazônia e do Cerrado está concentrado em 2% das fazendas**. Publicado em 16/07/2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3fOTa>. Acesso em: 03 ago. 2020.

VIEIRA, A. C. A OMC e o *Policy Space* dos Estados: questões de flexibilidade, desenvolvimento sustentável e políticas públicas no GATT e no GATS. In: AMARAL

JÚNIOR, A.; JUNIOR, U. C. **A OMC: desafios e perspectiva**. São Paulo: Aduaneiras, 2014. Cap. 2. p. 45.

VIZENTINI, P. F. Os pequenos Estados e as relações internacionais. In: PECEQUILO, C. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 65.

WAINCYMER, J. International economic law and the interface between trade and environmental regulation. **The Journal Of International Trade And Economic Development, Burnwood**, v. 1, n. 7, p.3-38, dez. 2014.

WEBBER, M.; SMITH, M. **Foreign Policy in a transformed world**. Essex: Pearson, 2002. p. 2

WENDT, A. Constructing International Politics. **International Security**, vol. 20, nº 1, 1995. pp. 71-81. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i323310>. Acesso em: 04 jul. 2020.